

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS

CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Área de Concentração: Dinâmicas Espaciais e Educação em Geografia
Linha de Pesquisa: (linha 1)

ELISVALDO MATOS DA SILVA

RELATÓRIO DE QUALIFICAÇÃO: MESTRANDO EM GEOGRAFIA

PRODUÇÃO DE MORADIAS POR MUTIRÕES NA PERIFERIA DE ARAGUAÍNA,
TOCANTINS, COMO PRÁTICA DO COMUM URBANO E DO DIREITO À CIDADE

ARAGUAÍNA/TO

2025

ELISVALDO MATOS DA SILVA

RELATÓRIO DE QUALIFICAÇÃO: Mestrando em Geografia

PRODUÇÃO DE MORADIAS POR MUTIRÕES NA PERIFERIA DE ARAGUAÍNA,
TOCANTINS, COMO PRÁTICA DO COMUM URBANO E DO DIREITO À CIDADE

Relatório de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elias da Silva

ARAGUAÍNA/TO

2025

BANCA EXAMINADORA,

RELATÓRIO DE QUALIFICAÇÃO: Mestrado em Geografia

PRODUÇÃO DE MORADIAS POR MUTIRÃO NA PERIFERIA DE ARAGUAÍNA,
TOCANTINS, COMO PRÁTICA DO COMUM URBANO E DO DIREITO À CIDADE

Araguaína (TO), 13 de (março) de 2025.

Prof. Dr. Elias da Silva, PPGeo/UFNT – Orientador

Prof. Dr. Aires José Pereira PPGTA/UFR – Examinador Externo

Prof. Dr. Roberto Antero da Silva, PPGeo/UFNT – Examinador Interno

Prof. Dr. Atamis Antonio Foschiera, UFT – Examinador Suplente externo

SUMÁRIO

1 TRAJETÓRIA DO ALUNO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA.....	4
1.1 Disciplina cursada como aluno especial.....	5
1.2 Disciplinas cursadas como aluno regular.....	6
1.3 Atividades acadêmicas.....	6
1.4 Comitê de ética.....	7
1.5 Trajetória enquanto estudante do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFNT: Vivências, experiências e contribuições.....	7
2 DESENVOLVIMENTO DA DISSERTAÇÃO.....	9
2.1 Introdução.....	9
2.2 A dissertação: Tema.....	12
2.3 Problema de pesquisa.....	12
2.4 Objetivo Geral.....	14
2.5 Objetivos específicos.....	14
2.6 Hipótese.....	15
2.7 Justificativa da pesquisa.....	21
2.8 Os sujeitos da pesquisa e a área de estudo.....	24
2.9 O método de pesquisa.....	25
3 DIÁLOGO TEÓRICO.....	27
3.1 O mutirão.....	27
3.2 O comum urbano.....	31
3.3 O direito à cidade.....	37
4 REALIDADE ABSTRAÍDA.....	39
4.1 Unidades residenciais pesquisadas.....	39
4.2 A prática dos mutirões nas comunidades pesquisadas à luz da teoria.....	39
4.3 Mutirão 1: Comunidade Jardim Deus é fiel.....	39
4.4 Mutirão 2: Comunidade Monte Sinai.....	47
4.5 Mutirão 3: Comunidade Presidente Lula.....	53
4.6 Mutirão 4: Comunidade Vila Jardim.....	56
4.7 Mutirão 5: Comunidade Zumbi dos Palmares.....	59
4.8 Mutirão 6: Comunidade Morada do Sol I.....	61
4.9 Cronograma de execução.....	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
6 Referências.....	66

7 Anexos e Apêndices.....	71
8 Roteiro de entrevista.....	71
9 Termo de consentimento Livre e esclarecido.....	74
10 - Perspectiva da pesquisa	

1-TRAJETÓRIA DO ALUNO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

1.1 Disciplina cursada como aluno especial

Disciplina: Tópicos Especiais: Perspectivas Decoloniais na Contemporaneidade	Código: CHU1359
CH/Créditos: 4	Sem/Ano: 2023/1
Conceito: 60h	
Professores: Dr. Elias da Silva; Dra. Vanessa Lessio Diniz; Yonier Alexander Orozco	

1.2 Disciplina cursada como aluno regular

Disciplina: Análise da paisagem e do território na Amazônia e áreas de transição	Código: CHG003
CH/Créditos: 4	Sem/Ano: 2024/1
Conceito: 60h	
Professores: Prof. Dr. Eliseu Pereira Brito	

Disciplina: Educação geográfica nas abordagens das dinâmicas espaciais	Código: CHG006
CH/Créditos: 4	Sem/Ano: 2014/1
Conceito: 60h	
Professor: Dra. Antônia Márcia Duarte Queiroz, Dr. Rafael Straforini e Dra. Vanessa Lessio Diniz	

Disciplina: Epistemologias do Pensamento geográfico	Código: CHG001
CH/Créditos: 4	Sem/Ano: 2024/1
Conceito: 60h	
Professor: Prof. Dr. Elias da Silva e Prof. Dr. Jean Carlos Rodrigues	

Disciplina: Seminário de dissertação	Código: LLA 584
CH/Créditos: 4	Sem/Ano: 2024/2
Conceito: 60h	
Professores: Prof. Dr. Marcelo Venâncio Prof. Dr. Jean Carlos Rodrigues Prof. Dr. Jéferson Muniz Alves Gracioli	

Disciplina: Abordagens da cidade e do urbano		Código: CHG002
CH/Créditos: 4	Sem/Ano: 2024/2	Conceito: 60h + 8h extensão
Professor: Roberto Antero da Silva		

TOTAL DE CRÉDITOS ?? h/ ?? créditos

1.3 - Atividades Acadêmicas*

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Equipe operacional UNIAL-UFNT (2023/2 a 2025/1)	120	8
Aula inaugural do mestrado em geografia e iii workshop - construindo diálogos geográficos e práticas educativas no centro-norte do Tocantins	30	
Trabalho Aceito para apresentação no evento, Primeiro Encontro de Formação de Professores e Práticas Pedagógicas Inovadoras IFFPPPI, UFT, Arraias Tocantins	2	
Evento Amo Físio On (Fisioterapia em Traumatologia-ortopedia e Esportiva)	2	
Evento Amo Físio On (Fisioterapia Dermatofuncional)	2	
Evento Amo Físio On (Fisioterapia Pélvica Funcional)	2	
TOTAL	158	

*Inserir todas as atividades acadêmicas desenvolvidas durante o curso do Programa de Pós-Graduação: Participação em eventos, publicações, palestras, mini-cursos, dentre outras atividades de acordo com as especificidades do PPGeo.

1.4 - Comitê de ética

Número do Processo	CAAE: 87992425.7.0000.0342
Comprovante	042179/2025

COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRODUÇÃO DE MORADIAS NA PERIFERIA DE ARAGUAÍNA COMO PRÁTICA DO COMUM URBANO E DIREITO À CIDAD
Pesquisador: ELISVALDO MATOS DA SILVA
Versão: 1
CAAE: 87992425.7.0000.0342
Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 042179/2025
Patrocionador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT

Informamos que o projeto PRODUÇÃO DE MORADIAS NA PERIFERIA DE ARAGUAÍNA COMO PRÁTICA DO COMUM URBANO E DIREITO À CIDAD que tem como pesquisador responsável ELISVALDO MATOS DA SILVA, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) em 21/04/2025 às 10:20.

Endereço: Avenida Paraguai, s/n, esquina com Rua Uxiramas, sala 3, prédio do PPGL
Bairro: Setor Cimba **CEP:** 77.824-838
UF: TO **Município:** ARAGUAÍNA
Telefone: (63)3416-5686 **E-mail:** cep@ufnt.edu.br

1.5 - Trajetória enquanto estudante do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFNT: Vivências, experiências e contribuições

Terminando a graduação, fui aluno especial do programa de Pós-Graduação em Cultura e Território (PPGCULT), em 2023/1, onde cursei a disciplina de tópicos especiais, e com os autores discutidos fiz um diálogo e publiquei um artigo, junto com os professores da disciplina: o Prof. orientador, Dr. Elias da Silva, e a professora Dra. Vanessa Lessio Diniz.

Em 2023/2, comecei a trabalhar fazendo parte da equipe operacional do Programa de extensão Universidade de Identities Adulterez e Longevidade (UNIIAL), e como Professor Voluntário a convite do Professor Elias, ainda em 2023/2, elaborei um projeto para participar da seleção de aluno regular para o Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO). Obtive

aprovação para o PPGE0 e continuei minha trajetória acadêmica em 2024/1, agora como aluno regular do PPGE0, tendo cursado a disciplina “Análise da paisagem e do território na Amazônia e áreas de transição”, com o professor Dr. Eliseu Pereira Brito.

Nessa disciplina foram abordados os seguintes assuntos: As concepções da Amazônia; metabolismo amazônico, suas gentes e paisagens; cartografias sociais das gentes amazônicas; territórios e territorialidades dos povos da Amazônia; por uma construção da leitura geográfica do jeito de se ver, sentir e abordar os povos da Amazônia; uma conceituação de área de transição e uma abordagem geográfica desta região; povos da Amazônia: modos de vida, tradições e identidades territoriais; saberes e sabores dos povos da Amazônia; estudos das relações dos indivíduos com os lugares construindo significados, símbolos e representações no espaço geográfico; a identidade forjada nas relações territoriais; os povos tradicionais e suas espacialidades existenciais; as comunidades quilombolas e suas territorialidades políticas E, por fim; a questão indígena contemporânea e suas contribuições ao entendimento da formação da identidade do povo brasileiro.

No mesmo semestre de 2024/1 fiz a disciplina “Educação geográfica nas abordagens das dinâmicas espaciais”, ministrada pelos professores Dra. Antônia Márcia Duarte Queiroz, Dr. Rafael Straforini e a Dra. Vanessa Lessio Diniz. Nessa disciplina aprendemos sobre a relevância social da educação geográfica na contemporaneidade frente às dinâmicas espaciais; foi possível refletir a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos do ensino de geografia, de modo a compreender o raciocínio geográfico como dimensão intelectual de transformação da realidade social; compreender as políticas educacionais e curriculares e seus impactos no sistema de hegemonização discursiva do conhecimento geográfico escolar. Discutimos sobre a sociedade digital na perspectiva da educação geográfica, em constante diálogo e ações entre os sujeitos; permitindo compreender a realidade socioespacial da região do Norte de Tocantins, de modo a viabilizar práticas pedagógicas e curriculares significativas no processo de conhecimento da geografia escolar.

Ainda nesse mesmo semestre de 2024/1 fiz a disciplina “Epistemologia do pensamento Geográfico”, ministrada pelo professor Dr. Jean Carlos Rodrigues e o professor Dr. Elias da Silva. Nessa disciplina aprendemos sobre a ciência geográfica no contexto das demais ciências; a produção do conhecimento sistemático da geografia; a sistematização e consolidação da geografia brasileira; a produção geográfica sob os diferentes métodos de interpretação de mundo; as categorias da geografia na realidade do norte tocaninense e as categorias como teoria no âmbito do ensino.

Continuando, em 2024/2, cursei a disciplina “Seminário de Dissertação”, ministrada pelos professores Dr. Marcelo Venâncio, Dr. Jean Carlos Rodrigues e Dr. Jeferson Muniz Alves Gracioli. Foi possível aprendermos sobre o Guia prático de normalização para trabalhos científicos da UFNT, bem como sobre a estrutura de projetos do PPGeo; foi feito o debate sobre a ética na pesquisa, bem como sua importância acadêmica; aprendemos sobre as possibilidades de métodos de pesquisa, de interpretação da realidade e de organização dos resultados; a importância do planejamento da pesquisa e os caminhos para elaboração de projetos. Por fim, foi-nos possibilitado espaços de apresentação e análise de projetos.

Neste mesmo semestre de 2024/2, cursei a disciplina “Abordagens da cidade e do urbano”, ministrada pelo Professor Dr. Roberto Antero da Silva, onde aprendemos sobre as abordagens teórico-metodológicas sobre o urbano e a cidade; o conhecimento teórico conceitual para desenvolver estudos e pesquisa sobre cidade e planejamento urbano, além de termos realizado discussões sobre as particularidades da cidade e o urbano em áreas de transição amazônica e cerrados.

Enfim, as disciplinas cursadas e os eventos dos quais participei até o presente momento foram de grande valia para o desenvolvimento deste projeto, somado, também, aos diálogos com o orientador e com professores, seja em sala de aula ou nos corredores da Universidade ou pelo whatsapp, o que tem enriquecido significativamente o presente projeto de pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

2.1 Introdução

No presente texto, sob o tema: Produção de moradias pelo mutirão como práticas do comum urbano em Araguaína, Tocantins, na perspectiva do comum urbano e do direito à cidade, objetiva-se compreender de que forma se desdobram as construções de moradias na periferia desta cidade, como práticas do comum urbano e do direito à cidade, no âmbito de atuação das seguintes comunidades: Jardim Deus é fiel, Vila Jardim, Monte Sinai, Presidente Lula, Morada do sol I e Comunidade Zumbi dos Palmares em sua articulação, considerando o desfavorecimento destas comunidades pelo poder público local. O tema proposto será analisado dentro do viés geográfico, uma vez que “entendemos o lugar como parte do espaço, o qual é apropriado pela vida e por ações humanas cotidianas” (Meurer *et al.*, 2021, p.3).

Serão abordadas as práticas que aproximamos ao comum urbano, que reivindica o direito à cidade e à moradia na cidade de Araguaína, mesmo que seja na periferia excluída, entendendo o termo periferias como “[...] lugar que apresentam áreas e populações renegadas pelo sistema” (MEURER et al, 2021, p.117).

Essas ocupações, nas quais identificamos os mutirões, reforçam a territorialidade, a qual “[...]adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p.14) e a construção da identidade dos sujeitos de pesquisa, no âmbito da cidade, sobretudo na periferia.

Geograficamente, dos 139 municípios, Araguaína está localizada no norte do Estado do Tocantins, recentemente atingida por fluxos de modernização no seu entorno regional, devido a grandes projetos de modernização territorial, como: Energia, eucalipto, soja, que soma à já consolidada pecuária modernizada em grandes latifúndios, contexto este gerador dos fluxos migratórios campo/cidade, levando ao aumento horizontal da população urbana desta cidade, bem como alguns traços do seu crescimento vertical. Silva (2016, p.19) dialoga que “[...] Araguaína é uma cidade média cuja urbanização está relacionada ao movimento de expansão e acumulação capitalista na Amazônia brasileira [...]”.

Observamos as práticas comunitárias (construção de moradias por mutirão) como uma forma de ação solidária, mas também de resistência no âmbito das ocupações, entre os grupos dessas comunidades, e das famílias em apoio aos sem teto, incluindo perspectivas relacionadas aos aspectos de infraestruturas e urbanismo no âmbito de interesse das ocupações para estas Comunidades, englobando autoprodução de moradias, áreas de lazer, trabalho e religião como elementos que podem ser concebidos à luz dos conceitos de comum urbano e do direito à cidade. As ocupações em construção por essas comunidades são um reflexo das “[...] acentuadas desigualdades socioespaciais intraurbanas” nessa cidade (SILVA, 2016, p.19).

Então, faz-se necessário um panorama histórico das práticas comuns local, falando do mutirão para construção de moradias nesta cidade e o contexto de sua importância nacional, oferecendo a compreensão da influência dessas práticas nessas ocupações periféricas, como uma forma de resistir e reivindicar o direito fundamental, nesse caso o da moradia, que consta na Constituição Federal (CF) e no Estatuto das cidades do Brasil. A Constituição Federal, artigo 183, versa que “aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio [...]” (BRASIL, 1988). O Estatuto das cidades, primeiro capítulo, artigo dois, inciso primeiro, assegura “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer [...]” (BRASIL, 2001. p.8). O direito adquirido explicitado na CF e a garantia apresentada pelo Estatuto das Cidades buscam dar ouvidos ao grito dos despossuídos da terra urbana pelo direito

à cidade, na instância de suas práticas do exercício da cidadania, como evidenciam os registros que obtivemos em campo junto aos moradores.

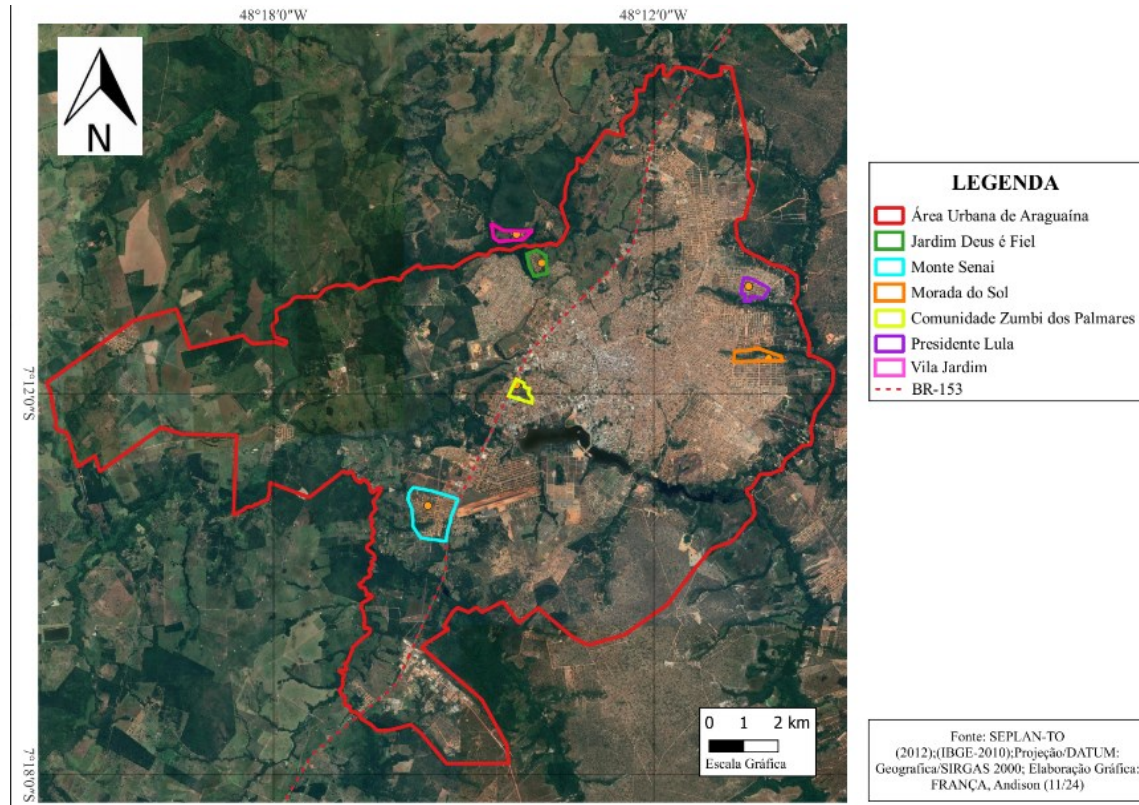
Justificamos este texto pretendendo desenvolver diálogos com autores que versam sobre o conceito de “Mutirão”, entendido como uma forma de reivindicar a ocupação (LOPES, 2011, p. 65). Nesse sentido, sob o aspecto do comum urbano, entendemos que o “comum” se entrelaça ao mutirão a partir do momento em que ele se torna uma prática com compartilhamento entre vizinhos, familiares e membros das comunidades. Por sua vez, é urbano, pois, conforme o pensamento lefebvriano, a sociedade resulta da urbanização, com possibilidade de transformação (Lefebvre 2008, p.15). O comum urbano, para Tonucci Filho (2017, p. 231), mostra possibilidades e desafios que envolvem a “[...] transformação da própria terra urbana em comum, a partir de arranjos informais de propriedade que enfatizem direitos de uso não exclusivos, apropriação coletiva e práticas de autogestão”. O direito à cidade para Lefebvre (2001, p. 7) se refere “[...] à vida urbana, condição de um humanismo e de uma vida urbana renovada”. O desenvolvimento deste texto tem relevância no sentido de que mostra a luta dos despossuídos de moradia na busca de um lugar para viver, tanto na periferia excluída (distante do centro) quanto na periferia próxima ao centro, desde que seja dotada das condições mínimas de infraestrutura.

Quando afirmamos a existência da periferia excluída, assumimos as comunidades que citamos anteriormente. Este texto vai na contramão da ideia de que na cidade todos são bem-vindos, por causa desse processo de exclusão e segregação no espaço urbano, comprovados por Silva (2016), que afirma que na cidade nem todos são bem-vindos, pois existem os excluídos, não só do seu direito à moradia, mas também de um lugar digno para viver. Esperamos, assim, que esse trabalho seja relevante dentro da análise das dinâmicas espaciais das comunidades de excluídos subsistindo na cidade de Araguaína, cuja ênfase é fundamentada na prática dos mutirões, que reforça a ocupação da terra urbana na periferia. Nesse sentido, “enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito” (TONUCCI FILHO, 2017, p.163). Para atingir seu objetivo, este estudo adota diálogo com os autores na produção do arcabouço teórico na abordagem dos conceitos de mutirão, comum urbano e direito à cidade, temática essa que julgamos pertinente e oportuna à abstração da realidade empírica aqui assumida como objeto de pesquisa.

Ainda, adotamos o estudo de campo, no qual serão reunidas informações colhidas junto às lideranças e os atores do mutirão, nas comunidades citadas anteriormente, identificadas no mapa a seguir. Pretende-se compreender o histórico e as práticas no tocante à produção de moradias por meio de mutirão nessas comunidades na cidade de Araguaína, por meio de

realização de entrevistas abertas junto aos moradores, em que verificaremos a história de vida, aspectos históricos, socioeconômicos e engajamento político que visa à consolidação de cada comunidade.

Mapa das comunidades pesquisadas



Fonte: SILVA, 2025.

2.2 A dissertação: Tema

2.3 Problema da pesquisa

O título “Produção de moradias por mutirão na periferia de Araguaína, Tocantins como prática do comum urbano e do direito à cidade”, reflete um pensamento crítico sobre o lugar da reprodução social de determinados grupos, que ocupam espaços na cidade a partir de seus desejos de ocupação da terra para morar.

Nesse sentido, para a classe trabalhadora, cita-se Lefebvre (2001, p. 22) que diz que “com efeito, a obra depende mais do valor de uso do que do valor de troca”. Na periferia, a obra é uma casa construída, que também é um objeto, que é para a moradia, o amparo da família que leva em conta o valor de uso.

No pensamento Lefebvrino observa-se “o assalto da cidade pela industrialização [...]”, que seria a transformação da terra urbana em capital pelos agentes imobiliários que detêm uma grande parcela da terra. Isso seria um dramático processo que mascara a realidade, e deixa de

levar em conta os desejos da classe operária (aqui a classe trabalhadora), que busca um amparo nos locais periféricos desta cidade a fim de construir no lugar uma casa para morar.

Diante desse drama, a luta dessa classe trabalhadora não para, visto que todos devem ter um lugar de moradia, pois, de posse da terra pela força comunitária, podem construir o seu espaço e visar a busca de uma sociedade justa e emancipada, lutando pelo seu direito, apesar da existência de um sistema de governo excludente que não respeita o direito à cidade de seus cidadãos.

Nessa era de pós-modernidade, vive-se uma democracia no qual o capitalismo impera. Para Abbagnano (2007, p. 162) “[...] a luta de classes tem caráter permanente e necessário em toda e qualquer sociedade capitalista, isto é, em qualquer sociedade cujos meios de produção sejam propriedade privada [...]”.

Isso constitui-se uma problemática, considerando que, para Leal (2002, p. 235), “ao se conscientizar de um problema, o pesquisador o faz a partir de uma observação e de uma “leitura” do real e por meio de um determinado quadro de referência.” Diante disso, “esse quadro de referência é composto pelos conhecimentos adquiridos pelo pesquisador, aos quais, no entanto, confere peso variável devido aos seus valores pessoais.” Assim, conforme o autor, “pode-se dizer, então, que os caminhos da pesquisa são iluminados pelos valores do pesquisador.”

Diante do exposto, parte-se do seguinte questionamento: Quais as características que o mutirão apresenta nas comunidades periféricas supracitadas no presente texto, no âmbito da cidade Araguaína-TO, na perspectiva do comum urbano e do direito à cidade?

Esse questionamento nos dá a possibilidade de verificações tais como: O que é o mutirão? O que é o comum urbano? O que é o direito à cidade? Quais são as comunidades em que o mutirão para construção de moradia se faz presente? Qual a origem social das pessoas que estão sendo beneficiadas pelo mutirão? Como acontece o mutirão no âmbito dessas comunidades na periferia? Que ações a Secretaria Municipal de Habitação desenvolve para reduzir o déficit da moradia em Araguaína nas comunidades periféricas? Quais os resultados dessas ações nas comunidades periféricas aqui apontadas? Como os gestores do município interpretam o déficit da habitação em Araguaína?

Ainda, como a produção de moradia pelo mutirão na cidade de Araguaína, sobretudo na periferia, é relevante para debater o contexto de urbanização local na perspectiva do comum urbano e do direito à cidade? Como se desdobra a questão da produção das moradias por mutirão como práticas do comum urbano e do direito à cidade em Araguaína na sua organização na periferia, suprimindo a necessidade da falta de moradia? De que maneira podemos

monitorar de forma acadêmica a produção das moradias pelos mutirões como práticas do comum urbano na cidade de Araguaína na periferia, no contexto do direito à moradia e do direito à cidade?

Para Malinowski (1990, p. 43) “[...] o pesquisador deve ter objetivos realmente científicos e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna”. Sabendo que científico diz respeito ao “conhecimento que inclua, em qualquer forma ou medida, uma garantia da própria validade” (ABBAGNANO, 2007, p. 136). Com base no que propõe o autor, propomos a seguir os objetivos do presente trabalho.

2.4 Objetivo Geral

Compreender a produção de moradias por meio de mutirões como práticas do comum urbano e do direito à cidade em seis comunidades periféricas no âmbito das comunidades já mencionadas, as quais preenchem uma ampla área periférica da cidade de Araguaína, estando dispostas numa posição mais ou menos circular aos bairros em torno da área central, tanto a leste da cidade, como os casos das comunidades Presidente Lula e Morada do Sol I; e ao sul, a exemplo das comunidades Monte Sinai e Zumbi dos Palmares; e ao oeste, que é o caso das comunidades Deus é Fiel e Vila jardim.

A intenção deste objetivo geral é pensar as práticas de mutirões na construção de moradias que por si mesmas oferecem uma espécie de apelo por sobrevivência na cidade, já que as condições mínimas dignas dessas comunidades não são atendidas.

2.5 Objetivos específicos

- Entender a questão do mutirão na construção de moradias como práticas do comum urbano e do direito à cidade em confirmação ao campo pesquisado à luz da teoria.
- Compreender a história de vida das famílias alvo da pesquisa em seu processo migratório em sua busca pela moradia, por meio das práticas de mutirões na cidade de Araguaína nas comunidades aqui apontadas
- Analisar a realidade observada sob a luz da teoria.

2.6 Hipótese

É fato que há uma realidade gritante na periferia desassistida de Araguaína evocando o direito à cidade. A hipótese aqui formulada é de que o cotidiano da cidade de Araguaína, com várias ocupações irregulares, sobretudo de populações oriundas em grande parte do campo, é reflexo do processo migratório campo/cidade.

Isso pode ser observado por meio do diálogo que fizemos com alguns moradores dessa periferia desassistida, onde notamos o aspecto da migração campo/cidade no tópico realidade abstraída, detalhado mais adiante neste estudo. Dessa forma, as populações que ocupam irregularmente essas áreas se utilizam, necessariamente, de práticas ou estratégias da ocupação da terra, e dentro desta, a produção de moradias na base de mutirões, como forma de sobrevivência, o que nos leva à aplicação da teoria do comum urbano e do direito à cidade a essas comunidades.

O pensamento Lefebvrino, de que os operários foram “[...] relegados para os subúrbio e periferias” (LEFEBVRE, 2001, p. 23), converge com o pensamento de Carlos (2007, p. 98), quando este afirma que “as habitações mais “pobres” se localizam, obviamente, nos terrenos mais baratos junto às áreas com insuficiência ou inexistência de infraestrutura, junto às indústrias, [...]”

Em relação à “sociedade urbana”, Lefebvre (2008, p. 15) afirma que “é a sociedade que nasce da industrialização”. Para esse autor, a expressão sociedade urbana responde a uma necessidade teórica. “Não se trata simplesmente de uma apresentação literária ou pedagógica, nem de uma formalização do saber adquirido, mas de uma elaboração, de uma pesquisa, e mesmo de uma formação de conceitos” (LEFEBVRE, 2008, p. 18).

Silva (2016) afirma que:

Araguaína é uma cidade média cuja urbanização está relacionada ao movimento de expansão e acumulação capitalista na Amazônia brasileira, com destaque local para a distribuição de bens, serviços e produção primária, promovendo mobilidade de capital e de população e, por conseguinte, veloz processo de expansão urbana e de acentuadas desigualdades socioespaciais intra urbanas (SILVA, 2016, p. 19).

Neste estudo, podemos pressupor que existe realmente a desigualdade socioespacial. Nesse sentido, essas comunidades, mobilizam-se em meio ao abandono e o descaso do poder estatal, e constroem os seus lugares de moradia por meio de laços comunitários de solidariedade e companheirismo.

Desdobra-se para o estudo das práticas de autoconstrução, no mutirão, no viés do comum urbano e direito à cidade em Araguaína tendo em vista que “os bens comuns urbanos têm ganho cada vez mais centralidade nos debates sobre o planejamento das cidades, especialmente em locais caracterizados pela inclusão diferencial” (MAJO; SILVA, 2022, p. 310).

Para Dardot e Laval (2021, p. 136), no contexto mundial, “as lutas sociais dos séculos XIX e XX de fato possibilitaram a criação de um conjunto de direitos, títulos e serviços

burocraticamente administrados, ligados à educação, saúde, direito do trabalho e moradia social.” O que os autores chamam de “social” designa o conjunto de dispositivos que visam atender às necessidades coletivas em bases diferentes das do mercado, ou que visam impedir que o trabalho seja reduzido à mercadoria.

As ocupações da terra urbana em Araguaína e a posse dos terrenos, na periferia, para construir casas para morar, opõe-se à mercadoria, sendo o valor de uso mais importante. Além do direito à moradia, o direito à educação, à saúde e ao trabalho também estão presentes na Constituição Federal, podendo ser reivindicados.

Em relação à ocupação em Araguaína, o que temos verificado nas comunidades da periferia nos leva a reforçar a aproximação ao conceito de comum urbano, pois os terrenos estavam há muito tempo sem nenhum tipo de atividades neles, nem de plantio, nem de outras atividades que poderia demonstrar haver proprietários, isto é, estavam praticamente no abandono ou na especulação (por algumas pessoas que se dizem donos, mas até o presente tempo não comprovaram o que dizem, nem, apresentaram documentos), mas agora estão sendo de grande valor, servindo como lugar de moradia, da casa para os sem teto.

No Brasil, analisando os bens comuns, Majo e Silva (2022) afirmam que “um claro exemplo são as legislações promovidas pelos conselhos cidadãos de algumas cidades do sul da Bahia pela formalização das mangueiras como bem comum pertencente à comunidade” (MAJO e SILVA, 2022, p. 310).

Nas comunidades da cidade de Araguaína, Tocantins, o nosso objeto de estudo na sua compreensão caminha nessa perspectiva, tendo em vista que no ato da ocupação não se cobra por lotes nas comunidades analisadas, porque, através de seus representantes, entendem que a terra pertence a todos os moradores e, nessas áreas, essas pessoas das comunidades constroem o seu lugar de moradia.

Dardot e Laval (2016, p. 33) descrevem “[...] a tese da origem divina da destinação universal dos bens da terra, desde que o uso da propriedade seja para o bem comum.” Quando os autores falam da terra como bem comum, estão falando que esse bem, ou seja, a terra, é compartilhada. Enfim, o termo “comum” tem origem no latim “communis”, que significa “compartilhado” ou “pertencente a todos” (BRASIL, 2023).

Para Dardot e Laval (2016, p. 25) “o comum de origem latina encontra ressonância na concepção da instituição do comum (koinón) e do “pôr em comum” (koinónein) em Aristóteles.”

Na cidade de Araguaína há espaço de uso comum já consolidado, a exemplo da praça “Maria Ferreira da Silva”. Construída na comunidade “Presidente Lula” pelos próprios

moradores, analisada pelo viés do comum urbano e direito à cidade por Silva e Silva (ano?), que é uma área de lazer construída pela comunidade e que é pertencente a todos; um espaço de uso da comunidade.

Quando falamos em comunidade, no sentido filosófico do conceito, podemos citar Abbagnano (2007, p. 162), para quem a “vida em conjunto” significa compartilhamento, reciprocidade, união. Para Saquet (2013, p. 147) o conceito de comunidade “[...] convida-nos a um instigante debate sobre os conceitos de comunidade, reciprocidade e confiança.”

No caso do diálogo com os entrevistados, notou-se uma aproximação desses conceitos de comunidade. Podemos também fazer uma aproximação ao conceito de “identidade”, especificamente nas práticas de mutirão para construção de casas nas comunidades, o que vai ao encontro do pensamento de Saquet (2013, p. 147), para quem a “[...] identidade é trabalhada a partir da dificuldade de adaptação de um indivíduo em situações novas ou como um modo de ser coletivo”. Não só no modo de ser coletivo, mas, também, de produzir, nesse caso, as casas nas comunidades.

Parafrazeando Tonucci Filho (2017, p. 230), ao explorar as divergências entre o movimento pela reforma urbana e a perspectiva do comum urbano, não quero insinuar que convergências não sejam possíveis: muito pelo contrário, muitos dos mais importantes princípios e ideias da reforma urbana partem de convergências.

E, por conseguinte, afirma que esse reconhecimento de direito de posse faz parte da função social de propriedade, que mais se aproxima do comum do que da forma mercadoria/privada. É nesse contexto que é abordado o presente texto, pretendendo trazer uma melhor visibilidade às comunidades, que visam a formação de sua identidade, vinculando-se à linha de pesquisa “Dinâmicas Espaciais e Educação em Geografia”.

Sabendo que vivemos em um período de crise, que Santos (2001, p. 34-36) denomina de “um processo de globalização perversa”, afirmando que “como período, as suas variáveis características instalam-se em toda parte e a tudo influenciam, direta ou indiretamente. Daí a denominação de globalização” (SANTOS, 2001, p. 36). Sobre a crise esse autor assevera: “[...] trata-se, porém, de uma crise persistente dentro de um período com características duradouras, mesmo se novos contornos aparecem.” (SANTOS, 2001, p. 36).

Entretanto, esse autor afirma também que “na verdade, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra” (SANTOS, 2001, p. 36). Afirma que essa situação é uma das principais causas para mais aprofundamento da crise real, econômica, social, política e moral, uma das características do nosso tempo.

Santos (2001, p. 36) nos leva a pensar também que “a globalização atual não é irreversível a dissolução das ideologias”. O autor afirma que há uma oposição da ideologia predominante dos atores hegemônicos, contra o pensamento das massas excluídas do seu direito de inclusão de terem sua voz ativa e o seu lugar no Estado. E o seu lugar no planeta (SANTOS, 2001, p. 159).

Diante disso, Santos (2001, p. 18) também caracteriza o mundo como fábula, como perversidade e como possibilidade. O primeiro mundo é a forma que nos fazem ver; o segundo é o mundo como ele é. Entretanto, neste estudo seremos um pouco utópicos, no sentido de buscar os meios para inovação/mudança dessa situação social, colocando o mundo como possibilidade, que é “o mundo como pode ser: uma outra globalização”.

Santos (2001, p. 20) destaca nesse tópico a necessidade de “uma globalização mais humana”, afirmando que as bases materiais do período atual são muitas, mas entre elas destaca “a unicidade da técnica, a convergência do momento e o conhecimento do planeta”. Coloca também que é nessas bases que “o grande capital se apoia para construir a globalização perversa”.

Entretanto, essas bases podem ser utilizadas para outros fundamentos, como sociais e políticos, tendo a necessidade de se construir uma nova história, colocando como primeiro plano esses fenômenos: É importante, assim, compreender “a enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos em todos os continentes. Conhecendo “as possibilidades existentes de escrever uma nova história” (SANTOS, 2001, p. 21).

E este trabalho se fundamenta na possibilidade de uma nova história, ou seja, de transformação dessas comunidades da periferia de Araguaína, na busca de um horizonte, de transformação por meio das políticas de inclusão dessas comunidades no orçamento municipal e no plano do governo, para a suposta regularização fundiária e outras obras de infraestruturas das quais carecem na sua vida cotidiana.

Esse desdobramento de uma nova história nos faz lembrar o que coloca Walsh (2014) em sua obra: “Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejendo caminos”.

Então eles abrem uma janela em direção a práticas insurgentes, políticas sociais, culturais e epistêmicas e existenciais que ensinam como se rebelar, resistir, seguir, prosperar e viver, apesar da colonialidade, não só da sua exterioridade ou da total autonomia, mas também e ao mesmo tempo, das fronteiras e da subversão da mesma colonialidade (WALSH, 2014, p. 36, tradução nossa)

Diante do que temos posto, além do problema da moradia, um efeito da colonialidade existente é também a desigualdade. Gomes (2021, p. 441) denota “os efeitos da desigualdade de raça no Brasil”, afirmando que o país precisa avançar, visto que os homicídios de adolescentes e jovens atingem, especialmente, os moradores homens de periferia e áreas metropolitanas dos centros urbanos.

A autora relembra o tempo de pandemia (COVID19), em que houve uma inércia da parte dos pesquisadores e da elite dominante, visto que enquanto estes se resguardavam, os seus empregados, que em sua maioria, vivem na periferia, não tinham os mesmos privilégios, trazendo como exemplo a empregada doméstica, que tinha que recolher o lixo todos os dias e colocar para fora. Vejamos:

E assim continuamos, imóveis nas escolas, universidades públicas e particulares, atrás de computadores, smartphones ou tablets e, nos tempos de isolamento social, devido à pandemia da Covid-19, escrevemos belas crônicas, lemos o jornal e pagamos o salário da trabalhadora doméstica negra, que coloca o lixo para ser recolhido todos os dias pelos lixeiros — todos negros —, os quais, em sua maioria, moram na periferia, não concluíram o ensino fundamental e lutam para terminar de construir sua casa(GOMES, 2021, p. 445).

Ela afirma também que os moradores da periferia, em sua maioria, não concluíram o ensino fundamental e lutam para terminar de construir sua casa. No presente texto, identifica-se que, na cidade de Araguaína, Norte do Estado do Tocantins, essa realidade também está presente. Um exemplo é verificado no diálogo com uma das nossas entrevistadas, uma senhora de mais de 80 anos, na comunidade Vila Jardim, que teve sua casa construída pelo mutirão. Além da luta pela moradia, identificamos que ela é migrante do campo e que não conseguiu estudar, pois seu pai dizia “você não vai estudar, para não escrever cartinhas para os homens”.

Gomes (2021) coloca que é preciso combater, superar e lutar contra” o capitalismo, o neoliberalismo, fascismo, patriarcalismo, a homofobia, o racismo etc.”. Sendo assim, iremos contra as desigualdades raciais e educacionais, geradas por esses sistemas, que exclui a maioria de seus direitos. Dessa forma, diminuiremos a possibilidade da efetivação radical da própria democracia e a colonização das nossas mentes e ações.

Harvey (2014, p. 14), no contexto internacional, fala de “[...] um capitalismo internacional brutalmente neoliberalizante que vem intensificando sua agressão às qualidades da vida cotidiana desde os primeiros anos da década de 1990.” E, para o autor, é esse capitalismo que deve ser combatido.

Para ele, “o capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir” (HARVEY, 2014, P. 30). “[...] conseqüentemente as formas

alternativas de urbanização devem necessariamente se tornar centrais em qualquer busca de uma alternativa anticapitalista” (HARVEY, 2014, p. 133).

O comum da produção dos grupos nas moradias construídas pelos mutirões, na periferia araguainense, é tomada no sentido de combate e superação das desigualdades socioespaciais existentes nessa cidade. E é também uma prática anticapitalista, pois para esses grupos de pessoas que constroem suas casas na periferia, a primazia que se tem é de um lugar para morar.

Superação do sistema capitalista excludente e explorador é necessário, pois, se não for combatido e superado, junto com a nossa luta anticolonial, anticapitalista, antineoliberal, antifascista, antipatriarcal e antiLGBTQIA+fóbica, o racismo continuará estruturando a nossa vida social, alimentando as relações de poder e produzindo ainda mais desigualdades raciais e educacionais.

Enfim, continuaremos vivendo a contradição de lutar pela democracia e permitir a existência desse fenômeno perverso incrustado em nós e nas estruturas sociais e na educação, inviabilizando a efetivação radical da própria democracia e colonizando as nossas mentes e ações (GOMES, 2021, p. 453).

As práticas que denominamos comum urbano na construção de moradias, na cidade de Araguaína, vão na direção anticapitalista de posse da terra urbana, pois enquanto os atores hegemônicos as têm para especulação imobiliária e acumulação, os ocupantes da periferia dessa cidade se mobilizam e constroem suas casas para morar, reivindicar um lugar na cidade e direito à cidade.

Sabe-se que os atores hegemônicos, aliado à classe elitizada, colocam as periferias como lugar mal afamado, em uma clara discriminação. Isso fica claro quando Frantz Fanon (1968, p. 29) afirma que “a cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a medina, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados”.

As expressões que se ouvem no dia a dia, quando se fala nas comunidades mais afastadas do centro, na cidade de Araguaína, são de cunho discriminatórios. Dentre elas, já ouvimos frases como: “lá tem cada negro!”, “lá só tem bandido!”, “lá é perigoso!”. Na cidade de Araguaína é preciso que se pense o reverso dessas colocações antissociais anteriormente citadas, pois esse tipo de falácia, exclui e aumenta a segregação socioespacial no espaço urbano, e a discriminação das comunidades da periferia.

2.7 Justificativa da pesquisa

Sabe-se que o comum é uma prática coletiva e que o urbano se refere à cidade e ao conjunto de atividades que nela estão fruindo. O interesse coletivo no processo de ocupação e as práticas coletivas de mutirão em prol da construção da casa de um morador/moradora nas comunidades é o que aproximamos ao conceito de comum urbano, que está inserido nas ocupações citadas no presente texto.

Ostrom (2016, p. 12) destaca a importância de analisar os recursos de uso comum:

Evidências experimentais recentes, aliadas a um conjunto considerável de novas pesquisas, desafiam a teoria convencional, com seriedade suficiente para justificar a reconsideração de sua relevância, para a análise de recursos de uso comum e, de forma mais geral, para a análise de dilemas sociais (Ostrom, 2016, p. 12).

O dilema que tentamos compreender no presente texto é o dilema da moradia, que atinge os moradores da periferia araguainense.

Sobre o comum urbano dialogamos com a obra de Tonucci Filho (2017), que escreveu a tese “Comum urbano: A cidade além do público e do privado”. Para esse autor “o comum urbano produzido no âmbito da vida cotidiana só pode ser fruto de uma prática de fazer-comum, baseada no uso, apropriação e autogestão da cidade e do espaço” (TONUCCI FILHO, 2017, p. 144).

Tonucci Filho (2017, p. 152) afirma que “[...] a linguagem do comum urbano vem sendo empregada hoje não apenas para proteger contra cercamentos e privatizações um conjunto de recursos e bens urbanos que poderiam ser mais amplamente compartilhados [...]”. Para o autor, isso ocorre:

[...] entre os habitantes da cidade, mas também para reivindicar que a própria cidade – a produção e apropriação do seu espaço – seja aberta a formas mais radicais de participação que caminhem na direção da autogestão, para além da sua abstração econômica pelo capital e dominação política pelo Estado (TONUCCI FILHO, 2017, p. 152).

A autogestão da cidade é uma estratégia na direção do comum urbano, a qual antagoniza os atores hegemônicos que visam o acúmulo de capital sobre a terra urbana, a exemplo do que ocorre em Araguaína, tanto do ponto de vista da aquisição legal quanto da ilegal, na forma de apropriação, como se registra no caso que verificamos de um empresário sobre a comunidade Jardim Deus é Fiel e de sua ambiciosa vontade de comprar essa área urbana por 500 mil reais, conforme nos informou a presidenta dessa comunidade.

. Lefebvre (2001) e Tonucci Filho (2017) interpretam, em relação ao direito à cidade, que “o valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa, à desejabilidade. O valor de troca corresponde à relação dessa coisa com as outras coisas, com todos os objetos e com todas as coisas, no mundo da mercadoria”.

O valor de uso reforça o processo de ocupação e, supostamente, a construção da casa para morar na comunidade. O valor de troca se refere à mercantilização da comunidade e dos lotes e das casas. Um se opõe ao outro. No pensamento lefebvriano, para a classe trabalhadora o valor de uso é mais importante.

Nesse contexto do valor de uso praticado pelas comunidades, contrapondo-se ao valor de troca, de dominação e de especulação, registramos o relato da presidente da comunidade Jardim Deus é Fiel, Dona Irene, que comentou sobre a investida de um empresário da cidade de Araguaína, querendo comprar a área desta comunidade por 500 mil reais.

Ela informou ter dito para esse empresário: “Minha comunidade não está à venda”. A representante dessa comunidade age de uma forma que surpreende, pois, embora ela não tenha conhecimento desse conceito de comum, ela o pratica quando diz que sua comunidade não está à venda, dando valor à terra para o uso dessa comunidade.

A prática do comum é verificada desde que ocuparam essa área, com a distribuição coletiva dos lotes no início da ocupação, sem cobrança adicional, e a consideração de que a comunidade é pertencente a todos. Nesse caso, na lógica do uso e do habitar, que converge com o pensamento lefebvriano, há uma práxis do comum.

O interesse desse empresário não foi sem motivo, pois a comunidade Jardim Deus é Fiel está bem próxima da Rodovia Belém-Brasília (BR 153), fazendo divisa com os bairros Jardim dos Ipês e Jardim Europa, loteamentos regularizados, onde, conforme seus corretores, os lotes variam de 75 a 300 mil reais dependendo da localização.

Logo, isso explica o interesse desse empresário pela aquisição da área. Aquisição apenas do direito de apropriação, já que a ocupação da área da comunidade é irregular do ponto de vista da propriedade legal da terra, pois a comunidade está com litígio judicial contra os que se dizem ser herdeiros, mas que até o presente tempo não comprovaram isso.

Diante disso, observa-se que a despossessão é um dos processos utilizados pelos agentes hegemônicos do sistema capitalista de produção, a quem interessa a terra urbana para especulação e concentração de capital, e isso causa a exclusão dos menos favorecidos, das comunidades da periferia, particularmente em Araguaína. Aqui há certa coerência com a ideia de Dardot e Laval (2016) convergindo com o pensamento de Harvey (2012), em que:

A despossessão, segundo Harvey, é um dos processos mais gerais da história humana e ultrapassa o quadro exclusivo do capitalismo. Mas desempenha papel importante na evolução deste último, porque possibilita a ele estender-se e acelerar a concentração da propriedade e a centralização do capital. Ela continua a atuar na periferia, pilhando recursos e destruindo culturas, e age no centro do sistema, eliminando os menores e mais fracos, como se pode observar nos momentos de crise, quando acionistas e proprietários individuais são espoliados em massa por hedge funds e bancos. (HARVEY 2012, apud DARDOT e LAVAL, 2016, p. 130).

Diante disso, esses agentes hegemônicos atuam também na periferia, amedrontando e eliminando os menores e mais fracos, como se pode observar nos momentos de crise. E isso está ocorrendo no presente tempo em Araguaína, século XXI, em tempos de embates judiciais, não encontrando apoio na base parlamentar, como nos revelou uma moradora da comunidade Deus é Fiel: “Nenhum dos vereadores falam por nós em Araguaína”.

Santos (2001, p. 17), coloca o espaço do cidadão como componente civilizatório, e sugere a definição prévia de uma civilização, afirmando que “[...] a civilização que se quer, o modo de vida que se deseja para todos, uma visão comum do mundo e da sociedade, do indivíduo enquanto ser social e das suas regras de convivência”.

Para o autor, o componente do território deve ser capaz de alcançar a todos os habitantes, com os serviços e os bens indispensáveis, independentemente do lugar que a pessoa esteja, com uma adequada gestão territorial, onde a distribuição dos bens e serviços públicos seja assegurada a todos.

O componente territorial supõe, de um lado, uma instrumentação do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoas, e, de outro lado uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada (SANTOS, 2001. p. 18).

Sabe-se que o maior desejo das pessoas dessas comunidades é a regularização fundiária das mesmas. Segundo os moradores, o litígio corre na justiça, com advogados que os representam. Dessa forma, essas comunidades precisam que a conquista desse bem de grande valor para elas, indispensáveis à vida urbana, seja concretizada.

Este trabalho tem relevância no sentido de que mostra a luta dos despossuídos da terra urbana na busca de um lugar para morar, e a reivindicação do seu direito à moradia na cidade de Araguaína, mesmo que seja na periferia, seja próxima ou mesmo distante do centro, porém, dotada das condições mínimas de infraestrutura.

2.8 Os sujeitos da pesquisa e a área de estudo

No presente estudo caracterizamos algumas situações de construções de moradias por mutirão como práticas do comum urbano e do direito à cidade, estando elas presentes nas seguintes comunidades: Jardim Deus é fiel; Monte Sinai; Presidente Lula; Morada do sol I; Zumbi dos Palmares e Vila Jardim.

Nesses locais dialogamos com os sujeitos, sendo assim, essas comunidades compõem o nosso como recorte espacial. São comunidades distantes do centro e os diálogos nos mostram que há uma periferia excluída de seus direitos, principalmente do direito à moradia, à terra urbana. E cada uma dessas comunidades tem os sujeitos que fazem o mutirão acontecer. O mutirão, nessas comunidades, é um campo de força e de resistência (LOPES, 2011).

Sabendo que a nossa área de estudo é a geográfica, “[...] é necessário reconhecer dialeticamente que em alguns casos proteger o comum pode envolver também a mobilização de geografias de separação e divisão, contra a sua apropriação indevida ou superexploração” (TONUCCI FILHO, 2017, p. 124).

“Na esteira dessas experiências e lutas pelo comum, emergiu muito recentemente uma nova literatura acadêmica voltada especificamente ao estudo do comum urbano, principalmente no âmbito da teoria e da geografia urbana” (TONUCCI FILHO, 2017, p. 105).

O autor ainda destaca que:

Se há um deslocamento do que constituem as fontes de riqueza social para essa sociedade (cada vez menos a própria terra, e mais o que dela se extrai economicamente, a renda da terra; e mais ainda o dinheiro que se valoriza, o capital), e das suas geografias mais essenciais (do campo para a cidade), também o comum, outrora predominante em seu aspecto “natural” e agrário, fonte de subsistência para camponeses, começa a ser urbanizar (TONUCCI FILHO, 2017, p. 51).

Tonucci Filho (2017) fala de geografias mais essenciais (do agrário para o urbano), também o comum, outrora predominante no aspecto natural e agrário, fonte de subsistência para os camponeses, mas que começa a se manifestar no urbano.

2.9 O método de pesquisa

Sabe-se que “a investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 126). E o “método científico” é o conjunto de processos

ou operações mentais que devemos empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa.”

Nesse sentido, este estudo é orientado pela perspectiva da geografia crítica, usando como base alguns autores que são referenciais nesse trabalho com o pensamento crítico, e cujos trabalhos foram realizados, principalmente, a partir da segunda metade do século XX. Dentre eles podemos citar: Castro, Santos, Ab’Saber, Moreira etc.

Castro (1984), na sua obra “Geografia da fome”, coloca que “a crítica honesta me dá mais satisfações do que dissabores” (CASTRO, 1984, p. 304). Afirma também ver “[...] no crítico um colaborador inestimável e no seu trabalho, uma contribuição a ser aceita de coração liberto” (CASTRO, 1984, p. 304).

Santos (2001), em sua obra “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”, fala sobre a crítica da existência, de uma humanidade misturada, no contexto global:

O próprio mundo se instala nos lugares, sobretudo as grandes cidades, pela presença maciça de uma humanidade misturada, vinda de todos os quadrantes e trazendo consigo interpretações variadas e múltiplas, que ao mesmo tempo se chocam e colaboram na produção renovada do entendimento e da crítica da existência (SANTOS, 2001, p. 172).

Ab’Saber, em entrevista a Dario Luis Borelli, no “Dossiê Amazônia brasileira I”, afirma “[...] a importância do conhecimento científico para o planejamento e a administração pública, defendendo que a crítica deve ser acompanhada por propostas viáveis e inteligentes” (BORELLI, 2005, p.35).

Moreira (2010), em sua obra “O pensamento geográfico brasileiro”, fala da importância de se conceber e analisar a forma e o caminho da teoria e do método, que leva o geógrafo a elaborar as ideias de seu tempo, na forma criativa de sua própria visão e crítica.

No que nos interessa, trata-se de conceber e analisar a forma e o caminho teórico-metodológico distintivos que levam o geógrafo a poder formular com as ideias do seu tempo a sua compreensão própria de mundo por intermédio dos elementos da Geografia. Sob a forma criativa de uma visão sua e crítica (MOREIRA, 2010, p. 56).

Dialogamos com outros autores, como Lefebvre (2001), filósofo francês, que escreveu o livro “Direito à Cidade” (1968), afirmando que a construção do conceito de “direito à cidade” se localiza na prática como parte do movimento do real, ao mesmo tempo em que ganha sentido como possibilidade e projeto utópico (na filosofia, o que se pensa como possibilidade de realização, sonho, para a cidade).

Traz como exigência teórica a compreensão do papel da produção do espaço como determinante da problemática urbana, principalmente a parisiense, mas também no contexto global, que se anuncia na segunda metade do século XX.

Tonucci Filho (2017), por sua vez, aborda o comum urbano. Para esse autor:

A literatura mais recente que versa sobre o comum urbano foi também debatida, abrangendo os estudos que vão desde os recursos comuns na cidade, com seus arranjos coletivos de propriedade e comunidades diversas, àqueles que tratam a própria cidade como comum (TONUCCI; FILHO, 2017, p. 3).

Rodrigues (1991) afirma em seu trabalho “moradia nas cidades brasileiras” que morar é preciso de alguma forma e conseqüentemente ocupar o espaço:

De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar, como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos. historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço (RODRIGUES, 1991, p. 11).

Santos (2001, p. 12), em seu trabalho “espaço do cidadão” analisa a cidadania pelo ângulo geográfico. Esse autor sugere “[...] uma mudança de enfoque no tratamento dos problemas humanos ligados à recuperação do cidadão” (SANTOS, 2001, p. 17).

Silva e Silva (2022) afirmam que:

O comum urbano é repleto da produção em forma de mutirões, numa lógica que transcende a própria relação capital versus trabalho, sendo superior a esta no sentido do fortalecimento da liberdade e autonomia da sociedade organizada a partir das bases comunitárias (SILVA, SILVA, 2022, p. 66).

Harvey (2014), que escreveu uma obra intitulada de “O direito à cidade” é um geógrafo britânico nascido em 1935. Formou-se na Universidade de Cambridge e é atualmente professor da Universidade da Cidade de Nova York. De orientação marxista, Harvey é um dos principais nomes da Geografia Humana contemporânea, tendo sido agraciado em 1995 com o Prêmio Vautrin Lud, o Nobel da Geografia.

Para esse autor, “o direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: É um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com os nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 28).

Nessa relação de abordagem, dialogando com autores da geografia crítica brasileira e estrangeira, entendemos oportuno o parâmetro qualitativo priorizando as práticas realizadas pelas comunidades, as quais se vinculam ao comum urbano de agregação ao processo de engajamento comunitário, numa reivindicação do direito à cidade, como forma de minimizar o problema da moradia, nas comunidades aqui pesquisadas da cidade de Araguaína.

Pensando nisso, utilizamos os seguintes instrumentos: entrevistas, anotações, observação participante, registro de imagens, gravação de conversas em áudio e audiovisuais. No tocante aos agentes que serão abordados, contaremos com lideranças das comunidades e os moradores das casas construídas pelo mutirão. No tocante ao nível de questões colocadas, serão entrevistas abertas, respeitando sua integridade ao responder ou não querer responder. A isso, somaremos com as histórias de vida oral.

Diante disso, interage-se pelo viés interdisciplinar, sabendo que este estudo foi motivado pelo conhecimento prévio do assunto a ser pesquisado e pela curiosidade de conhecer (Gil, 2010, p. 18). Propiciando uma abordagem urbana, pelo viés geográfico, estão incluídas entrevistas com a história de vida das famílias no espaço das comunidades alvos da pesquisa, no suprimento das necessidades básicas da reprodução da vida, do direito à cidade e à cidadania, num contexto de urbanização que exclui as famílias menos favorecidas, do direito à terra, campo, cidade.

3 DIÁLOGO TEÓRICO

3.1 O mutirão

Lopes (2011) observa o mutirão com uma envergadura que seria o resultado não apenas da experiência que ocorre dentro da ocupação, mas é resultante da dinâmica que ganha forma e que envolve diálogos com vários movimentos sociais, seja do campo ou da cidade. Para esse autor:

organização dos mutirões como resultado não apenas de experiência interna do movimento na ocupação, mas como uma resultante dinâmica que ganha forma por meio do diálogo com vários movimentos sociais do campo e da cidade” (LOPES, 2011, P.65).

Um movimento social atuante na cidade de Araguaína é o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), que tem em sua ocupação “Zumbi dos Palmares” uma atuação bastante relevante, e foi identificado que os moradores dessa comunidade também utilizam a prática de mutirões para construção de moradias, conforme diálogo mais detalhado no mutirão 5.

É preciso lembrar que Lopes pesquisou a ocupação da fazenda caveirinha (1979-1989) em Goiânia.

Lopes (2011) também destaca:

Os mutirões, antes de se apresentarem como uma solução para resolver problemas imediatos dos moradores, nasceu como redes de solidariedades ou ainda resposta coletiva a um sentimento de injustiça provocado pela dura repressão sofrida pelos ocupantes nos meses iniciais da ocupação. Assim não podemos deixar de trazer à tona

o acontecido, sob pena de mantermos mais uma vez ocultas as barbaridades que convivem e sustentam a propaganda modernidade de Goiânia (LOPES, 2011, p. 64).

Ainda, observa que “os mutirões como práticas da referida “beirada”, nascem paralelamente ao sentimento de injustiça que, gradativamente, se transforma num catalisador de atitudes e reações individuais contra a forte repressão policial enfrentada nos primeiros meses pelos ocupantes” (LOPES, 2011, p. 64).

Para esse autor “tal sentimento está organicamente presente na origem e prática cotidianas dos mutirões que seriam realizados, especialmente depois do primeiro momento repressivo contra a ocupação, ou seja, entre agosto e outubro de 1979” (LOPES 2011, p. 64).

Para Lopes (2011, p. 56)

[...] Os mutirões não podem ser vistos apenas como elemento que harmoniza e une diversos indivíduos em um cotidiano de luta comum. Estaríamos dessa forma aceitando acriticamente uma visão romântica sobre os movimentos sociais em geral com isso, pretendendo dizer que esses mutirões, constituíam-se também, internamente numa prática conflitante (LOPES, 2011, p. 56).

A prática do mutirão, com um olhar atento, mostra que, conforme o pensamento de Lopes (2011, p. 65), existe uma articulação que emerge práticas de solidariedade e a organização interna do movimento; também revela uma espécie de organização internas das reivindicações na ocupação, por meio de alianças políticas ou não (porque às vezes as pessoas do engajamento nas comunidades não tiveram apoio de um movimento social de reconhecimento nacional ou local nem de políticos interessados em representá-los no governo local), com os setores organizados ou não da sociedade civil, incluindo a presença de movimentos sociais. Observa-se que o que prevalece na prática dos mutirões na periferia de Araguaína, são as políticas dos grupos, na sua organização e engajamento.

Essas comunidades têm uma dinâmica própria, ou seja, mobilização local dos grupos, exceto a comunidade Zumbi dos Palmares, que é do MNLM.

Lopes destaca a “organização dos mutirões como resultado não apenas da experiência interna do movimento na ocupação, mas como uma resultante dinâmica que ganha forma por meio do diálogo com vários movimentos sociais do campo e da cidade” (LOPES, 2011, p. 65).

Filadelfo (2022) também mostra o mutirão que, embora seja realizado pelas próprias famílias na construção de suas moradias, obtém apoio do Município, do Estado de São Paulo e do Governo Federal para a aquisição de materiais que são utilizados por essas famílias para a construção de suas casas. O autor descreve que:

A Leste I tem atuação na zona leste de São Paulo e historicamente, desde a década de 1980, obteve atendimento para famílias militantes via mutirão autogestionário, mecanismo de construção de empreendimentos habitacionais que contam com a

mão de obra das próprias famílias no controle e execução das obras, com recursos municipais, estaduais e federais (FILADELFO, 2022, p.2).

Essa tática de doações de materiais para as famílias construírem suas habitações é louvável, e uma boa estratégia de amparo aos sem-teto na cidade. Quando o autor coloca que historicamente isso tem ocorrido em São Paulo, por meio de recursos estaduais, municipais e federais, isso demonstra atenção do poder público de São Paulo aos sem-teto, cooperando com a construção das identidades paulistanas na Zona Leste de São Paulo.

Filadelfo fala da marcação temporal do mutirão da parte dos mutirantes, para construção dessas casas na periferia de São Paulo, e um tempo até a mudança para a nova casa:

Há uma marcação temporal por parte dos mutirantes do período de duração do mutirão, desde o alcance da pontuação necessária e a decisão em de fato integrar uma demanda específica, passando por todo o processo de obra e chegando à mudança para a nova casa [...]” (FILADELFO, 2022, p. 2).

O autor destaca que:

[...] A expressão tempo do mutirão pode ser inicialmente definida a partir de algumas características: A demora do atendimento (quase sempre como resultado das ações de agentes e instituições estatais), o sofrimento, conflitos e solidariedades intrafamiliares e a série de atributos e reputações, pessoais e coletivos, necessários para a luta e a permanência no mutirão (FILADELFO, 2022, p. 2-3).

Nos mutirões identificados na periferia de Araguaína, a solidariedade intrafamiliar está presente, mas, também, se estende para outros membros das comunidades que se solidarizam e estendem a mão uns para com os outros mutirantes.

Embora esses moradores da periferia de Araguaína, conforme identificamos nos diálogos, não tenham recebido nenhuma doação de materiais por parte da Prefeitura Municipal e do Estado para construção das casas em alvenaria, , até que a casa fique pronta para moradia do ocupante na comunidade, vivem nos barracos de madeiras, compensados, ou até mesmo de aluguel em outras comunidades.

Filadelfo (2022, p.3) também explica que “o tempo do mutirão nas narrativas e conversas com os mutirantes se revela como um período em que as relações entre as famílias e entre elas e os coordenadores são cotidianas e mais intensas”.

Sob o lema “unidos venceremos” dos mutirantes da Zona Leste de São Paulo, Filadelfo (2022) coloca:

Por isso, a análise desse tempo constitui uma possibilidade de aprofundamento de elementos em torno da luta e da conquistada casa própria, ao mesmo tempo em que descortina outras relações próprias ao mutirão a partir, principalmente, das perspectivas dos mutirantes de um conjunto habitacional ao término do processo de mutirão: o Unidos Venceremos, construído com recursos financeiros da Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB), instituição habitacional da prefeitura da cidade de São Paulo (FILADELFO, 2022, p.3).

Ele analisa o mutirão pelo viés do tempo e da etnografia. Embora com apoio do município, do Estado e Governo Federal, esses mutirantes precisam se unir por meio de laços familiares e construir suas casas.

Embora o autor identifique esse apoio do governo a esses moradores da periferia de São Paulo, no tocante à doação de materiais de construção, ele verifica que o mutirão em si realizado pelas famílias constitui uma prática comum que acontece no âmbito da periferia de São Paulo, por uma força coletiva de famílias dispostas a construir suas casas.

Aquino (2015), em sua tese de doutorado, afirma que para a:

[...] compreensão analítica sobre os movimentos de moradia, é fundamental partir, inicialmente, das trajetórias de suas famílias, já que não só são sua base como também têm suas trajetórias elaboradas a partir da participação no movimento e no mutirão, através da qual se obtém a casa própria, que dá sentido a toda uma trajetória familiar” (AQUINO, 2015, p.31-32).

Nesse sentido, este trabalho, que se realiza na cidade de Araguaína, desdobra-se com uma preocupação com a trajetória dessas famílias, que a princípio, nas visitas de campo, concederam entrevistas, respondendo a perguntas tais como: lugar de origem? De onde veio? onde morava antes de chegar até a ocupação?.

Aquino (2015, p.74) descreve “[...] a defesa do mutirão com autogestão”. Define também as reuniões como de mutirão, que ocorre em momentos temporais igualmente distintos. Para o autor:

As reuniões podem ser qualificadas como “de mutirão”, “de casas”, “de moradia”, “do grupo de origem”. Essa expressão é utilizada pelas famílias em referência principalmente a momentos de encontro e de mobilização específicos em momentos temporais igualmente específicos (AQUINO, 2015, p.80).

As famílias utilizam outras expressões, tais como mutirão de “casas”, “moradia”, “grupo de origem”.

O autor também fala que “momentos marcados pelas reuniões, pelo mutirão e por outras atividades do movimento, como ocupações e manifestações, vão e voltam nessas narrativas” (AQUINO, 2015, p.88).

Nesse sentido, nas ocupações que se verificam na cidade de Araguaína, também existem esses momentos de reuniões, planejamentos entre os grupos e, posteriormente, a concretização dos mutirões a partir das combinações e dos convites feitos aos amigos e membros das comunidades para participarem do trabalho nos mutirões.

Para Brito e Medeiros (2020, p.117), o mutirão aparece na cultura do subúrbio carioca e paulista como táticas econômicas de sobrevivência e persistência negra. Os autores também

observam o mutirão como atividade produtiva. No âmbito das comunidades, o mutirão produz as casas.

No tocante ao conceito de comunidade, é aqui identificada a partir do significado filosófico do termo, que quer dizer local “[...] em que se vive e comportamentos orientados ou abertos para uma sociedade mais ampla” (ABBAGNANO, 2007, p.162). Ao mesmo tempo em que nesses locais se faz o mutirão, constrói-se também a identidade desses ocupantes e a sua territorialidade.

3.2 O comum urbano

A partir do entendimento do pensamento de Dardot e Laval (2016), os comuns nas cidades, quais sejam os recursos ou práticas ou espaços de uso e construção coletiva que envolvem autogestão e supervisão pelas comunidades da cidade dispensando os homens do Estado, são feitos pelos moradores que fazem a produção coletiva das comunidades periféricas na cidade.

Um exemplo disso está nos mutirões para construção de moradias nas ocupações urbanas de Araguaína, em que as comunidades ocupam, tomam posse, usam, apropriam, fazem o mutirão acontecer, visando o habitar, o que contradiz a propriedade privada, os cercamentos, a exclusão e a segregação espacial ocasionada pelo sistema de capital que acumula e que cerca os terrenos para especulação imobiliária e, conseqüentemente, acúmulo de capital proveniente da terra urbana.

O que afirmamos aqui converge com o pensamento de Silva (2016, p.27-28) para quem “a produção e a reprodução do espaço são fundamentais ao capitalismo e à sociedade como um todo, pois o comando do espaço funciona como instrumento de dominação, de controle das classes sociais mais desfavorecidas”.

Na contramão do sistema capitalista de produção e da exclusão socioespacial, o comum se entrelaça ao mutirão a partir do momento que ele se torna uma prática com compartilhamento, seja entre vizinhos, familiares ou membros das comunidades, na produção de moradias que ocorrem na periferia de Araguaína. Além disso, não é o público nem o privado construindo, é a força da união comunitária/solidária na periferia desta cidade, buscando construir por meio da ocupação da terra o seu lugar no espaço urbano.

É caracterizada como “sociedade urbana”, pois, conforme a análise lefebvriana, é “a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real” (Lefebvre 2008, p.15). Converte com esse pensamento o que afirma Silva, de que “[...] no espaço urbano, mais

especificamente nas cidades, são reveladas de maneira mais perceptível pelas diferentes formas de uso e acesso ao solo urbano pelas classes sociais” (Silva, 2016, p.18).

Nesse sentido, o pensamento de Tonucci Filho (2017), que analisa a periferia de Belo Horizonte, , concorda que a prática de produção do comum urbano através das experiências recentes das ocupações por moradia na periferia de Belo Horizonte denuncia a grande influência da propriedade privada e pressionam as imposições da ordem proprietária do Estado.

Conforme se observa do caso de Belo Horizonte analisado pelo autor:

[...] as potências e impasses do comum urbano na periferia da metrópole brasileira serão ilustrados pela experiência recente das ocupações por moradia na metrópole de Belo Horizonte, particularmente no que diz respeito à contradição entre a riqueza de práticas de produção do comum que questionam a hegemonia da propriedade privada e as pressões e imposições da ordem proprietária do Estado (TONUCCI FILHO, 2017, p.161).

Na referência supracitada observa-se que a prática de produção do comum urbano, através das experiências recentes das ocupações por moradia na periferia de Belo Horizonte, denuncia a hegemonia (supremacia) da propriedade privada e pressionam as imposições da ordem proprietária do Estado.

Essa nova força que luta por esse bem comum a todos no espaço da comunidade, isto é, à moradia na cidade por meio de litigiosos modos de ocupações irregulares e posteriores judicialização pela legalização das reivindicações à moradia no espaço urbano, mostra que somente por meio disso o trabalhador consegue o seu lugar, o que corrobora com o pensamento de Tonucci Filho (2017).

Por meio dessa luta, o trabalhador urbano alçou-se pela primeira vez à condição de proprietário, ainda que por meio de contenciosos processos de ocupação ilegal e subsequente lutas por legalização de suas reivindicações à propriedade da terra (TONUCCI FILHO, 2017, p. 218).

Sendo assim, por não terem condições financeiras suficientes para a compra da casa própria, é por meio da luta que o trabalhador conquista o seu direito e consegue realizar o desejo de morar na casa própria, sendo essa às vezes a única condição, tornando-se em parte um cidadão realizado.

Essa análise está coerente com a interpretação de Tonucci Filho (2017), para quem “[...] outros sentidos de direito de propriedade, que não a propriedade absoluta e exclusiva, também são formulados por grupos e populações marginalizadas que reivindicam direitos coletivos de uso e acesso na sua luta pelo direito à cidade” (TONUCCI FILHO, 2017, p. 219).

Então, como se observa, a luta não se individualiza, porque essa luta configura-se em interesses reivindicativos de direitos coletivos, ou seja, direito ao que é e deve ser comum a

todos no espaço dessas comunidades de uso e acesso ao direito à cidade, não necessariamente uma cidade em termos generalizados, mas em termos das reivindicações das comunidades, pois não podemos esquecer as características de individualidade, singularidade, identidade, subjetividade.

Dardot e Laval interpretam que “o comum é o conjunto das condições e dos resultados da atividade humana, a um só tempo “recursos comuns” e “produtos comuns” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 202).

Os autores afirmam também que:

Acima de tudo, então, a instituição do comum está ligada a uma exigência clássica de “adequação” ou “correspondência”, no sentido de que nem as instituições da propriedade privada nem as instituições públicas que asseguram o controle estatal sobre os meios de produção são adequadas à produção biopolítica (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 205).

Quando os autores falam de produção biopolítica, pensa-se que as pessoas devem ser controladas pelo Estado. Sabe-se que a biopolítica se refere aos mecanismos que são implementados a partir do poder para reger a vida individual de cada ser humano, ao mesmo tempo em que criam a ilusão de liberdade para as pessoas, mesmo que sejam controladas, inclusive na sua privacidade. Pensar o comum é confrontar tal controle.

Dardot e Laval (2016, p. 205) colocam que “[...] o comum é primeiro e acima de tudo uma questão de direito, ou seja, de determinação do que deve ser. O desafio é afirmar um direito novo, rejeitando as pretensões de um direito antigo”. Nesse viés, cabe uma aproximação do direito à cidade reivindicado pela periferia araguainense, na perspectiva do comum no âmbito dessa cidade.

Trazendo um exemplo de embate em torno dos direitos do comum, Dardot e Laval dialogam que:

[...] em 1710, Robert Walpole, então secretário da Guerra, recebeu uma carta de seu ecônomo John Wrott em que este descrevia um confronto importante em torno dos direitos do comum de Bedingfield: enquanto estavam lá o xerife de Northamptonshire, lorde Cardigan, e outros fidalgos, “o populacho se juntou de todos os lados, alguns disfarçados com máscaras e capas femininas, outros munidos de machados, picaretas e espadas”. A multidão foi dispersada, mas, segundo o ecônomo, “eles ainda insistem em dizer que o direito do comum é deles [the Right of Common is theirs] e que no próximo ano esperam ver as cercas derrubadas” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 328-329).

Conforme os autores, “todos esses casos e muitos outros são suficientes para estabelecer que a luta dos pobres para defender os direitos de uso dos comuns foi longa e obstinada” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 328-329). Apesar desse fato ter ocorrido no século XVIII, de uma forma aproximada no século XXI, persistem as exclusões dos pobres de seu direito de viver com dignidade na cidade.

Ainda, eles afirmam que:

[...] o que está em discussão aqui não é a questão da propriedade ou da expropriação [151] nem a legitimidade da reivindicação de “estatização sob controle operário” feita por certos grupos, mas é primeiro e sobretudo a questão da instituição do comum excedendo qualquer forma de propriedade

Nesse sentido, o comum jamais se apresenta na forma de um esquema universal pronto para ser usado, como uma fórmula de ação que possa ser transposta a todos os campos. Ao contrário, como mostram tanto as práticas psicoterápicas como as lutas dos trabalhadores argentinos que citamos como exemplo, é importante pensar o comum em relação ao seu próprio movimento de instituição (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 468).

Por fim, para os autores, existe um engajamento dos sujeitos:

Os sujeitos que se engajam numa atividade não estão condenados a passar da “fusão” à petrificação, da efervescência à esclerose, desde que não separem a finalidade da atividade que praticam das relações que constroem entre si para realizá-la juntos, das formas de reflexão e dos modos de intervenção sobre a instituição que criam para si, dos valores e das significações que, “em última instância”, orientam o que eles fazem juntos (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 468).

Dessa forma, o que acontece na periferia de Araguaína converge com esse pensamento, pois o engajamento para a construção de uma nova casa no âmbito dessas comunidades pelo mutirão visa um habitar, um valor de uso e não de troca. “A única práxis instituinte emancipadora é aquela que faz do comum a nova significação do imaginário social” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 468).

E é exatamente isso que se verifica no mutirão para construção das moradias na cidade de Araguaína, que a princípio foram ocupadas, depois apropriadas e posteriormente produzidas por essas comunidades sem a devida atenção do Estado, somente engajamento dos moradores dessas comunidades, visando a transformação desse espaço excludente em um mais acolhedor, na perspectiva do comum urbano e do direito à cidade.

É esse trabalho do mutirão que traz um novo significado na existência, na identidade, na vida cotidiana desses moradores dessas comunidades. O que também se torna uma forma de reivindicação do direito à cidade, direito à moradia, a um lugar, a um endereço nesta cidade. Pelo que se observa, pode-se deduzir que o comum urbano é uma relação social para reproduzir a vida como possibilidade anticapitalista. É um trabalho compartilhado realizado pelas comunidades na construção de seus lugares para morar nessa cidade.

Quando falamos de trabalho e lugar lembramos a forma como Santos (2001) explica que:

O trabalho supõe o lugar, a distância supõe a extensão; o processo produtivo direto é adequado ao lugar, a circulação é adequada à extensão. Essas duas manifestações do

espaço geográfico unem-se, assim, através dessas duas manifestações no uso do tempo (SANTOS, 2001, p.34).

“É o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica” (SANTOS, 2001, p.36).

Para Santos (2001) não existem técnicas isoladas. Para o autor, o que existe num determinado lugar é a operacionalidade de várias técnicas:

E, num determinado lugar, não há técnicas isoladas, de tal modo que o efeito de idade de uma delas é sempre condicionado pelo das outras. O que há num determinado lugar é a operação simultânea de várias técnicas, por exemplo, técnicas agrícolas, industriais, de transporte, comércio ou marketing, técnicas que são diferentes segundo os produtos e qualitativamente diferentes para um mesmo produto, segundo as respectivas formas de produção (SANTOS, 2001, p.34).

Numa relação com o nosso objeto de estudo, podemos citar a técnica de construir, de produzir casas no âmbito dessas ocupações na periferia de Araguaína realizada pelos pedreiros e seus ajudantes, com suas experiências na construção civil e suas ferramentas manuais de trabalho.

Vale ressaltar que nas ocupações a casa é um elemento fixo e um objeto. Nesse sentido, Santos (2001) estabelece que os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar.

Para o autor o lugar é importante na formação da consciência, que não se separa da forma do agir: “A importância do lugar na formação da consciência vem do fato de que essas formas do agir são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma” (SANTOS, 2001, p.53). “É a ação que une o Universal ao Particular. Levando o universal ao Lugar, cria uma particularidade” (SANTOS, 2001, p.80).

Falando de universalidade e particularidade, a casa construída pelo mutirão atende a uma família, mas compõe o conjunto de casas existentes nas comunidades lugarizadas na cidade.

Essa ideia converge com a ideia de Carlos (2007), que afirma que o lugar pode ser entendido como o espaço da vida, a partir da constituição da humanidade do homem, que revela uma construção histórica que contém arte e lembrança:

As marcas do tempo, impressas na paisagem, inscritas nas formas da cidade, reproduzem a condição da constituição da humanidade do homem, revelando uma

construção histórica cheia de arte e lembranças, fáceis de serem identificadas no lugar por aqueles que nele vivem, na medida em que o lugar é o espaço da vida (CARLOS, 2007, p.33).

Nesse sentido, para a autora “as relações com o lugar se determinam no cotidiano, para além do convencional” (CARLOS, 2007, p.34). Ainda, o lugar “[...] se realiza no plano do local, isto é, o lugar é que assegura a materialização do processo, realizando-se no plano do imediato. “Tudo isto significa dizer que é no plano do lugar e da vida cotidiana que o processo ganha dimensão real e concreta” (CARLOS, 2007, p.34).

“Tal situação coloca-nos diante de redefinições importantes na articulação entre o lugar da realização da vida – da identidade criada entre as pessoas no lugar – e do cotidiano onde a vida ganha dimensão real” (CARLOS, 2007, p.43).

Em virtude do abandono e da exclusão que ocorre na cidade e da segregação espacial existente na cidade de Araguaína, o que se procura na periferia é justamente esse lugar de realização da vida e, por conseguinte, a construção de uma identidade/sentido de existência.

“É através de seu corpo, de seus sentidos que o homem constrói e usa os lugares – um espaço usado em um tempo definido pela ação cotidiana. Isto é, o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida[...]” (CARLOS, 2007, p. 44).

Santos (2001) dialoga que:

O lugar é a terceira totalidade, onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças a ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa (SANTOS, 2001, p.182).

Os atos sociais solidários que acontecem na produção de moradias por mutirão na periferia de Araguaína, na perspectiva do comum urbano e do direito à cidade, seja por laços familiares ou comunitários, é que fazem a diferença nesses lugares.

3.3 O Direito à cidade

Por meio do pensamento lefebvriano, observarmos que o direito à cidade pode ser incorporado como uma ferramenta social, que visa uma transformação da forma de projetar o urbano, não como tem sido projetado por urbanistas, que atualmente se configura em um urbanismo alheio aos interesses das populações mais necessitadas que vivem na cidade. É preciso pensar no bem viver das pessoas que procuram morar nesse espaço.

O que se afirma aqui converge com a realidade urbana de Araguaína, onde as comunidades não têm o mínimo para sua sobrevivência, nessa cidade tão excludente. Quando

se fala do mínimo, coloca-se o exemplo da negação do direito à terra urbana, negação de água encanada tratada, negação de energia elétrica etc.

Para Lefebvre (2001, p. 7) “O direito à cidade se refere à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia urbana renovada”.

A partir do pensamento filosófico, o humanismo tem como uma das bases fundamentais o “reconhecimento da totalidade do homem como ser formado de alma e corpo e destinado a viver no mundo e a dominá-lo” (ABBAGNANO, 2007, p. 519). E, por conseguinte, conseguir realizar-se como habitante do espaço urbano.

No caso da democracia urbana renovada, no sentido filosófico seria a liberdade que os cidadãos deveriam ter para construir seus lugares com amparo a seus direitos pelo Estado, visto que numa democracia, “[...] a todo cidadão é lícito fazer o que quer” (ABBAGNANO, 2007, p.487). Nesse sentido, pensa-se que construir o seu espaço/lugar de moradia também deve estar incluído, no sentido filosófico do termo democracia de fazer o que quer.

Lefebvre (2001, p. 117) torna explícito que “[...] o direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência”. O grito do direito à cidade em Araguaína é justamente essa exigência de reivindicar o lugar de moradia e obras de infraestrutura que são pertinentes à vida urbana.

A análise teórica referente ao direito à cidade obriga-se a redefinir as formas, funções, as estruturas da cidade as quais são: econômicas, políticas e culturais etc. bem como os anseios sociais peculiares à sociedade urbana (LEFEBVRE, 2001). Econômico, no sentido de adquirir uma casa para morar; políticas no sentido da reivindicação e organização dos grupos nas ocupações em pró da moradia; culturais no sentido das práticas dos mutirões como ato de resistência nas ocupações.

Carlos (2007) sugere a transformação da cidade que nós vivemos, sob a lógica e a racionalidade da capital. Mas o que se projetaria para o futuro seria uma nova sociedade urbana.

Para a autora, estamos vivendo uma sociedade urbana que é em parte real e em parte virtual. Nesse sentido, o caminho da análise que liga o tempo todo teoria e prática, realidade e virtualidade, que compõem o que Lefebvre chama do método da transdução, isto é, aquele que projeta uma hipótese virtual, vai apontar e orientar uma proposta de mudança (CARLOS, 2007).

A partir do pensamento de Lefebvre, numa tentativa de trazer significado aos termos direito e cidade, Pardue e Oliveira (2018) destacam que:

As duas palavras que arranjam o jargão de Lefebvre, “direito” e “cidade”, adquirem correspondência graças à contração da preposição “a” com o artigo definido feminino, o que implica movimento em direção a alguma coisa, moção cujo objetivo

é estabelecer um processo de construção de algo desejado, concreção de uma potência de vontade [...] (PARDUE e OLIVEIRA, 2018, p. 3).

Então, o que se deseja é uma cidade mais acolhedora e mais humana. Por conseguinte, na mesma obra Pardue e Oliveira (2018, p. 4) afirmam que “[...] a grande contribuição de Henri Lefebvre com o termo “direito à cidade” foi problematizar o lugar das tensões sociais no espaço público.” No caso deste trabalho, identifica-se que há comunidades ocupando espaços públicos e privados e com litígio judicial, que buscam a consolidação dessas comunidades nesses lugares, conforme se verifica na fala dos ocupantes.

Conforme Lefebvre (2001), nesse momento surge a necessidade de reinventar e tomar a direção na busca de um novo humanismo, o qual nos obrigamos a praticar na condução de um novo sujeito, o sujeito da sociedade urbana.

No texto Lefebvrano (2001, p.117-118) podemos observar que: “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples retorno de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”.

Nesse aspecto, propomos o presente texto, formulando-o intencionalmente numa aproximação do direito à cidade associado ao comum urbano, à vida urbana, com suas transformações e renovações, que deve atender aos anseios da sociedade urbana, sobretudo das comunidades da periferia da cidade de Araguaína, pois, o que se observa é que os ocupantes dessas comunidades não estão nessa cidade apenas para visita, mas para morar.

A intenção é apresentar a possibilidade de um outro modo de pensar a sociedade urbana, apropriando-se do pensamento teórico de não se conformar com as limitações impostas pelo modo de produção capitalista e a supremacia estatal, mas de transgredir, pelo pensamento da realidade, visando uma transformação real.

4 REALIDADE ABSTRAÍDA

4.1 Unidades residenciais pesquisadas

4.2 A prática dos mutirões nas comunidades pesquisadas a luz da teoria

4.3 Mutirão 1: Jardim Deus é Fiel

No mutirão 1, dialogamos com a dona Irenilde Ribeiro da Silva, atuante como presidente dessa comunidade Jardim Deus é Fiel, desde a sua ocupação. Com 52 anos de idade, dona Irene estudou somente até a 5º Série.

É natural da cidade de São Geraldo do Pará e veio para Araguaína em 1993 indo morar no Bairro São João e, posteriormente, em outro setor chamado de Bairro Neblina. Trabalhou

com seu esposo e de empregada doméstica na casa de dona Valéria, cuidando de duas irmãs e três filhos. Um destes filhos já faleceu. Todos dependiam do seu trabalho.

Seu endereço na comunidade é na Avenida Cajazeira Quadra seis e lote um. E como nos relata: “Não tenho terreno em outro lugar” (informação verbal, 2025). Em seu lote, como nos declara, faz cultivo de plantas frutíferas como: manga, acerola, banana, graviola. Esse cultivo é apenas para o consumo, porque gosta de comer essas frutas. Cria também animais domésticos.

Em suas palavras:

Meu nome é Irenilde Ribeiro da Silva, nasci em 24 de junho de 1973, estudei até a quinta série, sou natural de São Geraldo do Pará, vim para Araguaína em 1993 a trabalhar com meu esposo, quando cheguei aqui primeiramente fui morar no Bairro São João, e Bairro Neblina de aluguel, Trabalhei como empregada doméstica na casa de dona Valéria, naquele tempo cuidava de duas irmãs e três filhos, esses dependiam do meu trabalho. Atualmente sou presidente da comunidade Jardim Deus é fiel, meu endereço na comunidade, avenida Cajazeira quadra 06 Lote 01. Não tenho terreno em outro lugar, em meu lote faço cultivo de frutas como: manga, acerola, banana, graviola, só pro consumo mesmo, gosto de comer. Minhas crias são: cachorros e gatos (Informação verbal, 2025).

A história de vida da nossa entrevistada é interessante. Conforme o pensamento de Worcman (2013), a história de vida faz parte da memória social, e podem constituir informações importantes para intervenções sociais em várias áreas, além de trazer dados para a pesquisa, educação, cultura e a formação de políticas públicas e a produção de conteúdos midiáticos comunicacionais. Cita-se:

[...] história de vida como parte da memória social; acreditando que essas histórias constituem fontes de informações que permitem intervenções sociais em diversas áreas como a pesquisa, educação, a cultura, a formação de políticas públicas e a produção de conteúdos para as mídias de comunicação (WORCMAN, 2013, p. 1).

E serve [...] para que a história de vida de cada pessoa seja valorizada pela sociedade” (WORCMAN, 2013, p. 24).

Essa nossa entrevistada está atenta às mudanças que ocorrem na cidade. Declara que, quanto ao progresso na cidade, nota-se que ocorreram algumas mudanças na cidade de Araguaína, mas admite que esse progresso não chegou a todos. Em suas palavras: “Está ótimo, acredito que houve um pouco de progresso, mas não para todos” (Informação verbal, 2025).

O olhar dessa moradora quanto o progresso da cidade de Araguaína é bem atento, entretanto, ao colocar que a cidade teve progresso, mas não para todos, está se referindo à falta de assistência pública na sua comunidade, que sofre a falta de energia elétrica, água encanada tratada, falta acessibilidade nas ruas etc. Conforme Silva, em entrevista ao jornal da USP,

As condições de urbanização, de ocupação dessas regiões e do acesso das pessoas às políticas públicas são diferenciados. É importante, quando a gente está falando de periferia, entender que são regiões da cidade onde as políticas públicas chegam em

tempos distintos de outras regiões da cidade. São áreas em que, muitas vezes, o poder público não chega da maneira que chega em outras”, expõe (SILVA, 2022, p. 1).

As comunidades “Jardim Deus é Fiel” e “Vila Jardim” têm mais de 12 anos de ocupação e nada de investimento público que venha trazer uma melhor condição de vida e dignidade para as famílias que ocupam esses lugares na cidade. Essas comunidades fazem parte verdadeiramente de uma periferia desassistida pelo poder público local, o que é um desrespeito do direito à cidade. Embora tenhamos a Constituição Federal, que em sua abrangência nacional versa pelo bem comum de todos, as autoridades preferem esquivar-se de seu dever de fazer cumprir os direitos das comunidades, não respeitando o direito à moradia prescrito pela Carta Magna de 1988.

O art. 6º da CF/88 diz que são direitos sociais: “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

O que se observa na cidade de Araguaína, Tocantins, é a falta de políticas públicas que atendam as demandas dessas comunidades, que devem incluir o direito à moradia/cidade.

Diante da conquista de sua casa na comunidade, a nossa entrevistada mostra um sentimento de afeto por ela, embora ela ainda não esteja concluída. Isso está claro quando ela nos diz que a sua casa tem um nome e esse nome traz com ele o porquê. O nome que ela deu para a sua casa foi “amor”. Questionada sobre o porquê desse nome ela diz: “A minha casa tem um nome, eu a chamo de “amor”, e isso porque devo agradecimento a Deus por ela” (Informação verbal, 2025).

Durante a entrevista, foi possível perceber a sua afetividade pela sua casa na comunidade. Isso converge com o pensamento de Mares (2019), que afirma que a afetividade possibilita viver o dia a dia na cidade/urbano, e mostra os sentidos das práticas espaciais como possibilidade de transformação na cidade, incluindo um eixo que integra a dimensão afetiva. Sobre essa afetividade:

[...] seria uma virtualidade, possibilitando outras formas de viver o cotidiano urbano, em que os sentidos das práticas espaciais possibilitadoras de uma transformação na cidade estariam atreladas ao desenvolvimento de potencialidades baseadas em um eixo integrador, a dimensão afetiva (MARES, 2019. p.10).

No que se refere aos seus filhos, Dona Irenilde informa que um nasceu em Tocantinópolis-TO e outro em Araguaína-TO. Atualmente, sente falta de sua mãe já falecida e também de seu avô, também falecido (Informação verbal, 2025).

Além de ser um símbolo e Presidente na comunidade, dona Irene também faz um trabalho voluntário com as pessoas que a procuram, sendo tutora de idosos, ajudando-os a solicitar sua aposentadoria. Por não ter renda da liderança da comunidade, conta com a ajuda financeira de seu esposo. Também tem um registro de empreendedora e faz alguns serviços fora de vez enquanto. Em suas palavras:

sou tutora de idosos, levo os idosos da minha comunidade para aposentar, e outras pessoas também, faço a liderança voluntária da comunidade, não é? Não tem renda da liderança comunitária, mas meu companheiro me ajuda, e também tenho um registro de empreendedora, mas às vezes faço bicos também, de vez em quando (Informação verbal, 2025).

Quanto ao mutirão na construção de sua casa, nossa entrevistada afirma que foram mais de dez pessoas, além de outras pessoas da comunidade que passavam na hora do mutirão e também ajudavam, incluindo família e vizinhos.

Contextualizando com o pensamento teórico sobre o mutirão, Lopes (2011, p. 65) observa a sua organização “como resultado não apenas de experiência interna do movimento na ocupação, mas como uma resultante dinâmica que ganha forma por meio do diálogo com vários movimentos sociais do campo e da cidade”. É preciso lembrar que Lopes pesquisou a ocupação da fazenda caveirinha (1979-1989) em Goiânia.

Lopes (2011) também destaca:

Os mutirões, antes de se apresentarem como uma solução para resolver problemas imediatos dos moradores, nasceu como redes de solidariedades ou ainda resposta coletiva a um sentimento de injustiça provocado pela dura repressão sofrida pelos ocupantes nos meses iniciais da ocupação. Assim não podemos deixar de trazer à tona o acontecido, sob pena de mantermos mais uma vez ocultas as barbaridades que convivem e sustentam a propaganda modernidade de Goiânia (LOPES 2011, p. 64).

E observa também que:

Os mutirões como práticas da referida “beirada”, nascem paralelamente ao sentimento de injustiça que, gradativamente, se transforma num catalisador de atitudes e reações individuais contra a forte repressão policial enfrentada nos primeiros meses pelos ocupantes” (LOPES 2011, p. 64).

Para esse autor “tal sentimento está organicamente presente na origem e prática cotidianas dos mutirões que seriam realizados, especialmente depois do primeiro momento repressivo contra a ocupação, ou seja, entre agosto e outubro de 1979” (LOPES 2011, p. 64).

Assim, observa-se o mutirão como uma forma de unir os membros dessa comunidade na luta pelo bem comum a todos. Isso converge com o pensamento de Lopes (2011), que vê o mutirão como um campo de força, apesar de observarmos uma harmonia e união no que diz respeito ao mutirão na construção da casa de dona Irene. Para ele,

No rastro desse raciocínio, podemos afirmar que os mutirões se constituem em práticas nas quais fervilham representações do campo e da cidade, nas quais estão plantadas memórias de uma “mata” já distante historicamente, mas onde também encontramos o sonho da casa/cidade praticado cotidianamente através de temporalidades que lembram economias fortemente afetadas pelos humores do tempo natural (LOPES 2011, p. 64).

Lopes (2011) destaca também um outro aspecto na prática de mutirões: o conflito entre moradores, relembrando o que ocorreu devido à troca de lotes constantes na ocupação da Fazenda Caveirinha em Goiânia 1979-1989. Assim, para o autor

[...] Os mutirões não podem ser vistos apenas como elemento que harmoniza e une diversos indivíduos em um cotidiano de luta comum. Estaríamos dessa forma aceitando acriticamente uma visão romântica sobre os movimentos sociais em geral com isso, pretendendo dizer que esses mutirões, constituíam-se também, internamente numa prática conflitante (LOPES, 2011, p. 56).

Com relação às pessoas que trabalharam no mutirão da casa da dona Irenilde e o almoço coletivo, diz ela:

Trabalhou aqui: A Jéssica, que organizou o mutirão e ajudou a fazer a comida para os trabalhadores, a Eliane também ajudou a fazer a comida pro almoço. No mutirão da casa pegaram na massa meus amigos: José Filho, Manoel, Jessione, Elione, Wesley, Elvis e Moaci. (Informação verbal, 2025)

Durante o mutirão foi oferecido lanche pela manhã e almoço coletivo o que nos leva a fazer uma aproximação ao pensamento de Tonucci Filho (2017, p. 212) ao relatar que “lanches e almoços comunitários” fazem parte também do cotidiano das ocupações e nos mutirões eles também estão presentes.

Na figura 1, é possível observarmos o momento do almoço coletivo realizado para servir os trabalhadores e trabalhadoras no dia do mutirão da casa de dona Irene.

Figura 1: Almoço coletivo servido no dia do mutirão



Fonte: Silva, 2025.

Acerca das pessoas que trabalharam no mutirão na construção de sua casa, são pessoas da família e da comunidade, o que demonstra claramente uma forma solidária de união na construção da casa e de encarar o problema da moradia e uma forma coletiva de enfrentamento da injustiça, ante ao abandono das autoridades locais diante da necessidade de moradia dessa ocupante nessa comunidade.

Sobre a opção pelo mutirão na construção de sua casa, a entrevistada informa que isso aconteceu porque estava sem condições financeiras para construir sua casa, e sua irmã Jessica, vendo a sua situação de necessidade, ajudou mobilizando os amigos e os vizinhos da comunidade para a ajudar.

No que tange aos materiais utilizados na construção de sua casa, dona Irenilde coloca que recebeu uma doação de um amigo seu. Já em relação ao almoço, nossa entrevistada afirma que no dia do mutirão organizou a merenda e o almoço para os homens na companhia de sua irmã Jéssica e de sua amiga Eliane.

No que diz respeito às dependências da casa, nossa entrevistada fala que: “A casa tem quatro cômodos e um banheiro.” (Informação verbal, 2025). Quando interrogada da sua satisfação quanto ao mutirão para a construção de sua casa, dona Irenilde nos diz o seguinte: “gostei muito do mutirão feito na minha casa, amei.” (Informação verbal, 2025). Informou também que para a casa ficar pronta precisa do telhado, das portas, janelas e do piso.

Conforme essa nossa entrevistada, a sua ida para a ocupação se deu através de sua amiga chamada Claudia. Em suas palavras: “Eu vim pra invasão através de uma amiga chamada Cláudia, em 2013, ela que me indicou. Aqui o nome do Setor é: Jardim Deus é Fiel” (Informação verbal, 2025).

Em relação às famílias que moram na comunidade, dona Irenilde coloca que são 392 famílias, que somam 544 pessoas. Sobre os mutirões para construção de casas na comunidade, afirma que no início da ocupação um homem chamado Pastor Valdir fez várias casas através de mutirões.

Em relação ao nome da comunidade, nossa entrevistada coloca que houve uma votação numa reunião realizada com todos os moradores da comunidade, realizada com a representante da comunidade e dois advogados. Afirma que o nome da comunidade não mudou desde a sua fundação.

Na figura 2, pode-se observar um dos momentos do mutirão realizado na construção da casa da dona Irenilde, no qual os participantes trabalham na construção do alicerce da casa. Pedreiros e ajudantes trabalham juntos, sem receber dinheiro, apenas para ver uma nova família numa nova casa na comunidade. Esse mutirão revela claramente uma práxis do comum urbano no âmbito dessa comunidade, por meio de seus saberes e fazeres, as doações de mão de obra e de materiais para a construção.

Figura 2: mutirão para construção da casa da dona Irenilde, comunidade Jardim Deus é Fiel



Fonte: Silva, 2024.

A entrevista realizada revela uma articulação da comunidade Jardim Deus é fiel em prol da moradia, na perspectiva do comum urbano e do direito à cidade. A necessidade de mutirões revela a ausência do Estado, que não está ativo nem tampouco preocupado com a falta de assistência a essas comunidades, embora os direitos dessas populações estejam descritos na Constituição. Conforme versa Rios (2018), por se tratar de um direito fundamental, importa destacar, antes de mais nada, que os Estados são obrigados a fornecer e proteger igualmente o direito de propriedade para todos. Ou seja, o princípio da igualdade surge como premissa para a existência classificada como um direito fundamental. Se dizemos que é fundamental, queremos dizer que é para todos.

E se é para todas as populações que vivem na periferia das cidades, a cidade de Araguaína também deve ser alcançada por esse direito. Conforme o pensamento de Rios (2018), todas as pessoas na cidade devem ter o direito à vida social digna, a moradia digna e o direito à cidade respeitados. Mas pelo que se observa na cidade de Araguaína, vive-se o contrário desses direitos, pois o descaso e abandono das populações da periferia dessa cidade é real. O direito à habitação social digna é negado. Soma-se também a negação da regularização de ocupações irregulares como mais de dez anos de ocupação, desrespeito à dignidade dessas

pessoas e ausência de eficiência pública que possa atender o interesse do direito ao habitar dessa comunidade.

4.4 Mutirão 2: Monte Sinai

No mutirão 2, na comunidade Monte Sinai, localizada à margem da BR 153, a oeste da cidade de Araguaína, dialogamos com a dona Maria Matos da Silva, a qual chamaremos de Maria. Com sessenta e três anos de idade, dona dessa comunidade, estudou somente até a terceira série. É natural da cidade de Porto Franco do Maranhão, emigrou deste lugar para zona rural do município de São Félix do Xingu, Pará, e sua emigração de São Félix do Xingu para a cidade de Araguaína se deu em 1996, para cuidar da saúde de seu filho que caiu de um cavalo e quebrou o braço. Seu esposo gostou desta cidade e vendeu a sua terra onde residia, mudando-se com sua família para essa cidade.

Observa-se nesse diálogo que essas saídas de um lugar para outro (Emigração) se deu para a busca de melhores condições de vida. E constitui também um êxodo rural, pois a família de dona Maria morava na zona rural, do município de São Félix do Xingu-PA. Para Santos (2006, p. 223) os emigrantes “[...] trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio [...]”.

Dona Maria foi para a comunidade Monte Sinai por meio de informações de algumas pessoas que a indicaram para essa comunidade “Algumas pessoas nos deram informação do Monte Sinai, aí viemos olhar e mudamos pra cá” (Informação verbal, 2025).

Menciona que, quando chegou em Araguaína, estava apenas com uma rede. Lembra que não foi fácil depois da sua emigração para essa cidade, pois quando chegou seu marido não tinha nenhuma profissão, mas comprava milho, fazia pamonhas e vendia em alguns locais, como Setor São Miguel, Setor Oeste e na rodoviária, e isso para poder sustentar, com o lucro das vendas, a sua família, composta por oito filhos, incluindo pai e mãe, somando dez pessoas na casa.

A criatividade do esposo de dona Maria, e a sua expertise para sobrevivência na cidade por meio de suas vendas de pamonhas nos bairros e na rodoviária da cidade, convergem com o pensamento de Santos (2006):

[...] os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista económico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais "opacas", tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa

experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente (SANTOS, 2006, p. 210).

Dona Maria cultivava limão, tamarindo, mas não gostava da roça, entretanto ficava como isso apenas para si, não revelava para seu marido.

Com respeito à sua visão sobre o progresso na cidade, dona Maria acha que não teve, porque o asfalto não chegou até a sua casa. Entretanto, observa que houve um pouco de progresso para alguns, e afirma: tem asfalto em umas ruas e em outras não.

Dona Maria deu um nome para a sua casa construída pelo mutirão realizado pela sua família: “herança”. Isso porque na ocasião da morte de sua mãe, ela ganhou uma parte da herança e adquiriu esse lote na Comunidade Monte Sinai. “A minha casa tem um nome, “herança” porque foi um dinheiro que ganhei da minha mãe quando ela morreu, aí eu fiz esse investimento” (informação verbal, 2025). A dimensão afetiva diante da conquista da sua casa e do nome que lhe confere é demonstrada na entrevista.

Mares (2019) dialoga que:

[...] É importante considerar a subjetividade dos sujeitos de suas práticas espaciais as quais estão intimamente ligadas às representações e simbolismos imbricados às formas urbanas. Combinam-se, então, diferentes modos de apreensão, como a dimensão dos afetos e emoções, levando em conta a identificação entre aqueles habitam a cidade e, nessa cidade, onde moram esses sujeitos (MARES, 2019, p. 90).

Sobre os seus filhos, quatro nasceram no Pará e quatro nasceram no Estado do Tocantins. Dona Maria sente falta de seus amigos e dos seus irmãos que ficaram para trás. Quanto à sua renda, afirma que é proveniente do serviço de seu esposo, que trabalha de pedreiro e eletricitista. E ela mesma também faz seu trabalho, fazendo corantes e vendendo, mas já trabalhou muito como lavradora, entretanto, atualmente somente os serviços do lar.

Atualmente, Dona Maria fala da sua dificuldade diante da situação de enfermidade que enfrenta com seu esposo, pois ele está doente e, por não ter salário, precisa da ajuda dos filhos para sobreviver. Conforme afirma: “Como meu marido está doente, e não tem pensão nem aposento, precisamos também da ajuda dos filhos” (Informação verbal, 2025).

O aspecto da migração campo/cidade é mostrado na fala “já trabalhei muito como lavradora.”

Para Xavier (2014)

Acredita-se que o acelerado processo de transição da população do campo para o meio urbano, aconteceu em decorrência de mudanças ocorridas na economia, sociedade e política, e, assim sendo, as migrações internas integram como partes deste processo (XAVIER, 2014, P. 3).

“Entende-se que a migração, dentro do processo de transição da população do campo para as cidades, embora apresente certo declínio em termos percentuais[...], constitui [...] um elemento que colaborou de forma indubitável para a urbanização das cidades, alterando consideravelmente os aspectos geográficos do país” (XAVIER, 2014, P. 10).

No que se refere ao mutirão para a construção de sua casa, dona Maria coloca que pediu ajuda para sua família, seus filhos e netos, pois estava sem dinheiro para pagar um pedreiro para construir a sua casa. Seus filhos e netos a ajudaram, e fizeram sua casa durante vários finais de semana e dias de semana.

No mutirão para a construção de minha casa, eu pedi ajuda pra minha família, meus filhos e netos, pois estava sem dinheiro pra pagar um pedreiro para assentar os tijolos e fazer a casa, aí eles vieram em vários dias finais de semana, ou durante a semana, alguns dias (Informação verbal, 2025).

A geografia do mutirão, com um olhar atento, mostra que, conforme o pensamento de Lopes (2011, p. 65), existe uma articulação que emerge práticas de solidariedade e a organização interna do movimento; também revela uma espécie de organização internas das reivindicações na ocupação, por meio de alianças políticas. Nesse caso, está presente a política dos grupos, ou grupo familiar, na organização e na prática do mutirão nessa comunidade, para a construção dessa casa, com os setores organizados ou não da sociedade civil, incluindo a presença de movimentos sociais ou não.

“Organização dos mutirões como resultado não apenas da experiência interna do movimento na ocupação, mas como uma resultante dinâmica que ganha forma por meio do diálogo com vários movimentos sociais do campo e da cidade” (LOPES, 2011, P. 65).

Sobre as pessoas que participaram desse mutirão, cita que participaram apenas membros de sua família (2 filhos e um neto). “O Junim, meu neto, que é pedreiro, o Nego também é pedreiro, o Dinaldinho ajudou a fazer a massa. Aqui foi só pessoas da família mesmo” (informação verbal, 2025).

Nesse mutirão, observa-se que é forte o engajamento familiar, uma relação intrafamiliar, pois a própria família de dona Maria se mobiliza e constrói essa casa.

Além de todo o sofrimento vivenciado corporalmente nas tarefas do mutirão, há outra dimensão fundamental para o trabalho no mutirão recorrente entre os mutirantes e exemplificada na narrativa acima: as relações intrafamiliares. Ao longo da pesquisa realizada, foi possível perceber que a ideia de família é elaborada necessariamente como uma certa unidade produzida tanto por conflitos como por união e mais do que isso, como a participação no movimento e nas reuniões acentuam esses conflitos ou solidariedades. O mesmo ocorre no tempo do mutirão, mas com ainda maior intensidade, já que a ou o mutirante deve trabalhar todos os fins de semana, tempo geralmente reservado à família (FILADELFO, 2022, P. 4).

Nos dias dos mutirões, dona Maria afirma que teve merenda para os trabalhadores e o almoço, que foi feito com a ajuda das suas filhas.

Com relação às dependências de sua casa construída pelo mutirão em família, coloca que são três cômodos no total, sendo dois cômodos da casa 2x2 metros um 1x2 metros Acerca

de sua satisfação por ter obtido ajuda no mutirão para construção de sua casa, afirma que gostou muito.

Sobre o tempo que durou para a construção da sua casa, afirma que foi feita em quatro meses, e foi somente por mutirão, sendo que com o dinheiro da herança que ganhou comprou os materiais de construção. Quanto às outras casas construídas por mutirão na comunidade Monte Sinai, só conhece a casa de seu Chico, da rua do linhão de alta tensão.

Conforme afirma:

Os dois cômodos são 2X2, o banheiro 1x2. Gostei muito do mutirão para construir minha casa. Minha casa demorou de três a quatro meses para ser construída, foi só mutirão, comprei o material com o dinheiro da herança que ganhei de minha mãe. Só conheço a casa do seu chico lá embaixo, que teve mutirão na construção (Informação verbal, 2025).

Na figura 3, pode-se observar dois trabalhadores construindo a casa de dona Maria no mutirão.

Reunidas as informações do mutirão 2, verifica-se que a história de vida desse sujeito da pesquisa, sua migração para cidade de Araguaína, o engajamento em família para a construção de mais uma casa nessa comunidade, as pessoas que participaram do mutirão, a merenda coletiva, o almoço coletivo, e a satisfação desse sujeito em estar na sua casa, mostra claramente a forma de como o comum urbano que reivindica o direito à cidade se revela na vida das pessoas nas comunidades periféricas, que têm o seu direito à cidade e à moradia negado cotidianamente.

Figura 3: Mutirão na casa de dona Maria, Monte Sinai



Fonte: Silva, 2024.

O mundo da virtualidade é revelado na cotidianidade, na realidade, nas práticas das comunidades na periferia araguainense. Nesse aspecto, é preciso lembrar que por intermédio da renovação crítica da geografia o “conhecimento científico é um produto histórico, um resultado do desenvolvimento da relação entre a sociedade e a realidade em que estão inseridas” (MORAES, 1987, p. 15).

Nesse sentido, “essa forma de conhecimento expressa um estágio superior de apreensão, representação e sistematização da realidade” (MORAES, 1987, p. 15). Nesse viés, para Moraes (1987) as ciências e as suas definições e classificações é o resultado das construções humanas sujeitas às determinações da época e da sociedade que as produziu. Dessa forma, “discutir a produção científica é, assim, discutir o contexto em que ela é engendrada” (MORAES, 1987, P. 15).

O mutirão 2, no sentido crítico do fazer científico, aproxima-se claramente do pensamento de Moraes (1987), pois essa ciência traz uma realidade existente nessa cidade, especialmente nessa comunidade.

Diante do exposto, enquanto o direito à cidade e à moradia dessas comunidades é negado, a própria população se mobiliza para construir o seu lugar de moradia. Dessa forma, a ocupação, a apropriação da terra urbana, a produção da casa nessa comunidade revela uma cidade que se constrói pela força dos grupos, que excluídos dela, tentam com suas criatividadees nela subsistir.

Cabe também um diálogo com o pensamento de Lefebvre (2001, p. 113) no que toca à ideia de que “a estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornar atuante.” Neste texto, entendemos que as forças políticas não são propriamente a dos homens do Estados, mas dos grupos, a classe trabalhadora, de que fala Lefebvre em sua obra “direito à cidade”, que luta por um lugar na cidade, que sob a lógica do capital exclui os pobres de seu direito à moradia.

Lefebvre coloca que a classe operária é “[...] a única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela” (Lefebvre, 2001, p. 113). Confirma, “apenas essa classe, enquanto classe, pode contribuir decisivamente para reconstrução da centralidade destruída pela estratégia de segregação e reencontrada na forma ameaçadora dos ‘centros de decisão’” (Lefebvre, 2001, p. 113).

Diante disso, nos planejamentos urbanos deve-se incluir a classe operária, pois ela não consegue fazer tudo sozinho “Isto não quer dizer que a classe operária fará sozinha a sociedade urbana, mas que sem ela nada é possível. A integração sem ela não tem sentido, e a desintegração continuará, sob a máscara e a nostalgia da integração” (Lefebvre, 2001, p. 113).

Apesar dos embates, da exclusão e da segregação socioespacial no espaço urbano, ou seja, na cidade, a classe operária não pode se calar, conforme o pensamento de Lefebvre:

Existe aí não apenas uma opção, mas também um horizonte que se abre ou que se fecha. Quando a classe operária se cala, quando ela não age e quando não pode realizar aquilo que a teoria define como sendo uma “missão histórica”, é então que faltam o “sujeito” e o “objeto” (Lefebvre, 2001, p. 113).

Apesar do comum urbano existente, nessa entrevista realizada no mutirão 2, é possível identificar também o grito dessa comunidade em prol da moradia, porque há uma interação entre os membros dessa família que agem pela construção dessa casa sem receber nenhum pagamento pelo trabalho realizado. E é justamente isso que aproxima a teoria do comum urbano. O espaço urbano compartilhado e fruindo práticas de resistência através do mutirão.

Essa praxe na cidade de Araguaína corrobora com o pensamento de Tonucci Filho (2017) para quem:

[...] discutir o atual impasse da reforma urbana no Brasil a partir da perspectiva do comum, tendo como referência o debate sobre a propriedade da terra e as ocupações urbanas, e assim apontar para modos como a ideia do comum urbano pode contribuir para superar tal impasse” (TONUCCI FILHO, 2017, p. 228).

Essa é a classe trabalhadora excluída de seu direito à cidade, mas que resiste pelo fazer comum nos mutirões nessa comunidade, buscando construir a sua casa/moradia, a sua identidade, a sua territorialidade, a conquista do seu lugar ante a exclusão de uma governança local repleta de parcialidade e injustiça que se instala na cidade e esquece os menos favorecidos da sociedade.

4.5 Mutirão 3: Comunidade Presidente Lula

A comunidade Presidente Lula está localizada na orientação leste da cidade de Araguaína. É uma área ocupada há mais de treze anos, e tem energia elétrica, água encanada tratada e algumas ruas pavimentadas com cascalho.

No mutirão 3 conversamos com o Sr. Deusiran Xavier dos Reis, que chamaremos de Deusiran. É um senhor bastante prestativo e atencioso. Ele nasceu no ano de 1977, em Araguaína, Tocantins, estando atualmente com 48 anos de idade. Estudou até a oitava série e reside na rua Tiradentes, na comunidade Presidente Lula.

Seu pai era lavrador e cuidava de algumas fazendas, e enquanto seu pai ia trabalhar nas fazendas ele ficava com sua mãe. Na época ele tinha apenas 16 anos de idade. Nasceu na cidade de Araguaína, mas se criou em Babaçulândia, e se mudou para a ocupação Santa Rita, hoje Presidente Lula, por indicação de sua sogra, após contrair matrimônio.

“quando comecei a trabalhar em Araguaína, era de ajudante de pedreiro, hoje tenho três filhos e a mulher, somos cinco pessoas, já morei de aluguel no setor Morada do Sol uns dois anos, minha sogra me deu um lote aqui na invasão, não faço cultivo de plantas nem pra vender nem pro consumo” (Informação verbal, 2025).

Conforme esse nosso entrevistado, que já presenciou o trabalho de vários presidentes que estiveram à frente dessa ocupação, “Sempre o presidente lutou pelas ruas, cascalho e outras coisas, o primeiro presidente daqui foi o Pernambuco mais o Magno e o Maracanã, depois o Reizinho, o Iranildo e agora a Daniele” (Informação verbal, 2025).

Considerando a história de vida do Sr. Deusiran, é preciso lembrar que a periferia, por intermédio de seus atores sociais, também tem as suas singularidades. Essas pessoas, apesar de enfrentarem ideias de colonialidade ainda existente, têm suas expressões e perspectivas de mundo, ligadas ao pensamento popular das classes excluídas, elas são afrodescendentes, indígenas etc. Isso está coerente com o pensamento de Bezerra e Monteiro (2022. p. 10), que afirmam que:

Desse modo, é preciso pensar as periferias conjugadas com a crítica à colonialidade, uma vez que suas expressões e perspectivas de mundo estão diretamente associadas às classes populares, formadas em sua maioria pelas populações afrodescendentes e indígenas que foram relegadas aos diferentes direitos constitucionais, entre eles o direito à memória e à história (BEZERRA; MONTEIRO, 2022. p. 10).

Nesse sentido, buscam-se “[...] novos saberes que estão presentes no modo de viver [...]”, e a forma como esse morador lida com o problema da moradia, que impacta e transforma diretamente a sua história de vida.

Esse entrevistado também deu um nome para sua casa: “um sonho”, e explica que o motivo desse nome: “um sonho da casa própria, é que a pessoa quando casa quer a sua casinha e organizar suas coisas” (informação verbal, 2025).

Sobre seus filhos, nosso entrevistado explica que todos nasceram em Araguaína. Sente saudades dos amigos de Babaçulândia, local onde morou por um bom tempo, entretanto, afirma que seus amigos já morreram.

Sua atividade principal, que é o sustento de sua família, é de seu trabalho de pedreiro, e atualmente está construindo uma mansão no setor Martin Jorge, de seu patrão, o Sr. Sérgio.

No tocante à organização do mutirão para a construção de sua casa, nosso entrevistado coloca que “os amigos que trabalham comigo, pergunta pra mim, - e aí Deusiran? como é que vamos fazer lá na sua casa? Aí eu compro uns materiais, compro uma carinha, uma cervejinha, é assim que organizamos o mutirão!” (Informação verbal, 2025)

Essa opção pelo mutirão na construção da casa desse nosso entrevistado, conforme nos respondeu, se deve à falta de condição financeira para pagar alguém para fazer. Em suas palavras: “é porque o dinheiro que a gente ganha é pouco, e eu também já fiz mutirão, ajudando as pessoas, uns ajudando os outros” (informação verbal, 2025).

Quanto às pessoas que participaram do mutirão, nosso entrevistado coloca que foram: “Auto Belo, Joel, Willian, Deusiran, Marcos Vinicius e Deivid” (Informação verbal, 2025).

Sobre os materiais para a construção de sua casa na comunidade, informa que: “aqui a prefeitura não fez doação de materiais, a gente vai comprando aos poucos, quando ver que dá aí convoca o mutirão, vem a brita, a areia, o cimento, e agora veio as madeiras, e já lavei as telhas” (Informação Verbal, 2025).

No tocante à organização do almoço coletivo, nosso entrevistado diz que: “sobra um dinheirinho, a gente vai ao supermercado, compra uma carniinha, um chambarzinho, e os colegas também trazem comida” (informação verbal, 2025).

E para fazer o almoço ele menciona que fica por conta das mulheres, a sua esposa Viviane e a mulher do Belinho, a Daniele. No mutirão para a construção de sua casa teve a participação de membros da família e seus amigos da comunidade.

A casa (figura 3) tem cinco cômodos e dois banheiros. O banheiro tem uma medida de 2,40X1,30 metros. Os cômodos da casa têm as seguintes medidas: 3,5X3,5; 5X3,5, e 4X5 metros.

No que se refere à sua satisfação quanto ao mutirão para a construção de sua casa, nosso entrevistado diz: “Bom demais, se não fosse eles, não estava nessa altura não!” (Informação verbal, 2025).

Esse nosso entrevistado fala da forma como ele chegou à ocupação em 2011, e disse que foi através de sua sogra, que indicou o lugar. Sua esposa estava grávida de sua filha, que nesse ano completou quatorze anos.

No que se refere às famílias que moram no setor, esse morador nos diz que são aproximadamente umas 300 ou 400 famílias, e diz que sua família e a família de dona Lúcia foram umas das primeiras a chegarem na ocupação.

No tocante ao tempo que durou para fazer a casa pelo mutirão, nosso entrevistado nos diz que: “tem uns três, quatro anos que venho lutando, e agora nós queremos cobrir e a madeira já está ali” (Informação verbal, 2025).

Quando interrogado sobre o seu conhecimento de alguma outra casa que tenha sido construída pelo mutirão, nosso entrevistado nos diz que: “Aqui eu já fiz vários mutirões, já ajudei o Romilson na casa dele, ajudei também a Rozilda”.

Figura 3: Casa do Sr. Deusiran, construída por mutirão na ocupação Presidente Lula



Fonte: Silva, 2025.

4.6 Mutirão 4: Comunidade Vila Jardim

Essa comunidade está localizada a oeste da cidade de Araguaína, e não tem água encanada tratada, nem energia elétrica, nem ruas pavimentadas. Tendo mais de dez anos de ocupação, já foi despejada uma vez, mas depois retornaram. Entrevistamos o senhor Antônio Pereira Coelho e a sua mãe, Dona Guilhermina Pereira Coelho, que afirmam que na comunidade tem aproximadamente trinta e cinco famílias morando.

Dona Guilhermina nasceu em 1944, em Matinha, na Bahia, e no ano da entrevista completou 81 anos. Em relação ao seu grau de instrução, Dona Guilhermina não estudou porque “o pai não deixava estudar pra não fazer cartinha pros rapazes” (Informação verbal, 2025).

O seu lugar de moradia na comunidade é na rua Beija Flor. Migrou para a cidade de Araguaína em virtude do incentivo de outras pessoas conhecidas, que lhe falavam que em Araguaína era bom para ganhar dinheiro. Antes viviam do cultivo na roça. Verifica-se na fala o recurso de migração campo/cidade para melhoria da condição de vida. Quando chegaram na cidade de Araguaína, seu filho começou a trabalhar como ajudante de pedreiro, na construção de um colégio (não lembra o nome da escola) e ela era lavradora.

Antes que tivesse sua casa construída na ocupação pelo mutirão, dona Guilhermina morava numa casa, que chama de “casa de taipa” (a casa feita de lona e madeiras), um barraco de lona (figura 4). Antes de se mudar para a comunidade Vila Jardim, Dona Guilhermina morava de aluguel no setor Santa Terezinha.

Figura 4: Barraco de lona onde morava dona Guilhermina, antes do mutirão na sua casa



Fonte: Silva, 2025.

Na sua casa, Dona Guilhermina faz cultivo de aipim, graviola, limão, acerola, pé de coco, mamão, manga e amora.

No tocante ao progresso na cidade de Araguaína, durante ou depois da construção de sua casa pelo mutirão, dona Guilhermina afirma que notou sim uma melhoria na cidade, e na comunidade Vila Jardim, mencionando os moradores que estão construindo suas casas na ocupação, vendo uns e outros encorajando-se para construir sua casa.

Em conversas com outros membros dessas comunidades vemos que constantemente sofrem ameaças, e enquanto alguns dizem que eles não vão ficar ali, outros dizem que ficarão ali sim, pois já é um espaço deles.

Conforme dona Guilhermina, seus filhos são naturais da cidade de Araguaína. Como ela morou um período na cidade de Pé-do-Morro, no Estado do Tocantins, atualmente chamada de Aragominas, ela diz que sente falta dos amigos que fez na cidade onde morava.

Dona Guilhermina vive atualmente de sua aposentadoria, e seu filho cuida dos seus negócios e da sua saúde. O filho Antônio trabalha atualmente em um açougue da cidade.

Quanto às pessoas que organizaram o mutirão para a construção de sua casa na comunidade, dona Guilhermina. diz que foi “Valdecy que deu a ideia de fazer o mutirão, arruma o material que vou falar com o Pastor e vamos fazer o mutirão” (Informação verbal, 2025).

A casa de dona Guilhermina foi construída em três mutirões. “Aqui foi uns três mutirão, estava aqui o Antonio, o Josia, o Charles, o Pr. Gilmar e o Ferreirinha” (Informação verbal, 2025).

O motivo que levou a dona Guilhermina a optar pelo mutirão na construção de sua casa, foi a falta de condição para pagar a mão de obra, que levantaria a sua casa em alvenaria. Dona Guilhermina coloca que conseguiu o mutirão para construção de sua casa por meio de seus conhecidos, os amigos.

No tocante aos materiais utilizados para a construção de sua casa, dona Guilhermina diz que foi comprado, e que a prefeitura não fez nenhuma doação.

Teve a merenda e o almoço coletivo para os trabalhadores do mutirão. “A merenda e o almoço foi feito pela Guilhermina, Maria Aparecida e a Maria Edileuza, nós compramos as coisas do almoço” (Informação verbal, 2025).

A casa construída pelo mutirão tem quatro cômodos, dois quartos, a sala e a cozinha (figura 5).

Entretanto, o banheiro é fora, é um banheiro improvisado, aqui chama-se privada, entretanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) o classifica como “Vala”, indicando esgotamento de dejetos.

Dona Guilhermina afirma que gostou muito do mutirão, “foi bom! ajudou muito!” (Informação verbal, 2025).

Figura 5: Casa da dona Guilhermina construída pelo mutirão



Fonte: Silva, 2025.

4.7 Mutirão 5: Comunidade Zumbi dos Palmares

Esta comunidade localiza-se ao sul da cidade de Araguaína, e ocupou o terreno no dia 15 de agosto de 2020, contando atualmente com 117 famílias. Beneficiado pelo mutirão na construção de sua casa, entrevistamos o Sr. Edmilson Alves de Oliveira, que é natural da cidade de Imperatriz-MA, com 41 anos de idade, nascido no dia 14 de maio de 1984.

Estudou até o Ensino Fundamental. Seu endereço na comunidade Zumbi dos Palmares é na Avenida Bernardo Sayão, entre o Dnit e o Dertins (esse endereço é utilizado por todos os moradores dessa comunidade). Sua chegada em Araguaína se deu em 1991, quando tinha sete anos de idade, tendo vindo com seu pai, que precisava de uma oportunidade de trabalho, porque lá onde morava estava ruim de serviço.

Inicialmente, seu trabalho era ajudar seu pai no ofício de carpinteiro, tendo aprendido a profissão e, juntamente com seu pai, trabalhou na construção da barragem de Estreito-MA. Atualmente continua trabalhando como pedreiro, mas o que ele mais gosta de fazer é assentar cerâmica e porcelanato. Seus dependentes são 4 filhos, somando seis pessoas em sua casa.

Antes de conseguir a sua casa na ocupação Zumbi dos Palmares, o Sr. Edmilson morava no Setor Raizal, de favor na casa de seu pai José, onde morou durante um período de 15 anos, até conseguir a sua casa na ocupação Zumbi dos Palmares. Em sua casa, sua esposa Marciana faz cultivo de cebola e coentro. No tocante à aquisição do lote na ocupação diz “consegui o lote na ocupação por meio de minha esposa, que ficou sabendo da ocupação e falou com o Bismarck e ele nos deu o terreno pra fazer a casa” (informação verbal, 2025).

No que se refere à construção de sua casa na comunidade (Figura 6), fala que conseguiu o mutirão por meio de seus familiares que o ajudaram. Quanto aos materiais utilizados na construção de sua casa, o nosso entrevistado nos diz que comprou materiais, mas também recebeu doações, principalmente de tijolos, materiais de encanação e fios de energia.

Participaram do mutirão seus amigos: Mendes, Marcos, Eliézer, Genilson, João seu sogro e o José. Sua casa tem 4 cômodos, 1 banheiro, 2 quartos 3x3 metros, sala e cozinha juntos. “O mutirão na construção de minha casa foi muito bom e me ajudou bastante” (Informação verbal, 2025). Com relação ao tempo que durou para fazer a sua casa na ocupação noz diz: “foi uns três meses para fazer a casa” (Informação verbal, 2025).

Quanto à alimentação, foi organizado um almoço coletivo para servir aos trabalhadores presentes no mutirão, onde ele mesmo comprou os alimentos. Sua sogra Maria de Jesus fez o almoço, juntamente com sua esposa Marciana Muniz.

Figura 6: Casa do Sr. Edmilson construída por mutirão



Fonte: Silva, 2025

4.8 Mutirão 6: Comunidade Morada do Sol I

O mutirão 6 está localizado na comunidade Morada do Sol I. Está a leste da cidade, onde deveria ser nascente do Sol. Segundo Almeida (2010), outrora chamava-se comunidade Canaã, a terra em que habitava os cananeus, mas prometida aos judeus sem terra, pelo próprio Deus, quando falou com Abraão. Essa comunidade ocupa uma terra urbana que pertence ao governo local. Ali entrevistamos o Sr. Valdison.

O Sr. Valdison é natural da cidade de Araguaína e, antes, residia com a sua mãe.

Ele se mudou após ser informado por um amigo de que havia uma invasão (termo utilizado pelos ocupantes da área pesquisada, mas, na verdade, trata-se de uma ocupação) na periferia da cidade de Araguaína.

Hoje eu estou aqui, através do meu amigo Herlaneque, que é o Cileque, conhecido como Cileque aqui, ele me falou aqui da invasão, que aqui é uma invasão né? E aí ele me falou, e aí hoje eu tô aqui por causa dele, também né? Não pode esquecer ele que me trouxe pra cá, e hoje eu tô aqui através dele (informação verbal, 2025).

Nota-se que a necessidade de ter a própria casa e a sua privacidade em família, está presente no diálogo seguinte com o Sr. Valdison:

Porque eu não tinha onde morar, morava de favor na casa da minha mãe, apesar de que na casa da minha mãe a gente mora, mas, não se sente à vontade né? Que a gente tem a privacidade da gente e quer ter a liberdade também né? Têm família, e eu queria ter um canto pra mim, e veio numa boa hora essa doação, essa ajuda, que Deus preparou e hoje eu estou aqui (informação verbal, 2025).

Dialogando com o pensamento lefebvriano, a falta de moradia sai da virtualidade para a realidade nesse diálogo. A classe trabalhadora de Araguaína sofre o desamparo do Governo para com os “sem teto”. Sem condição para comprar um teto e ter o seu lugar, como podemos observar na fala do nosso entrevistado, esse pai de família satisfatoriamente afirma que foi através da sua fé em Deus que ele obteve a conquista da casa própria.

Observamos a importância do engajamento comunitário na comunidade do Sr. Valdison. Questionado sobre como conseguiu o benefício do mutirão para a construção da sua casa nos responde:

Foi através de um primo meu, uns dois primos meu e minha irmã que tiveram a iniciativa de fazer um grupo de Whatsapp, para fazer a construção pra mim né? Que até então eu não tinha onde morar né? E hoje pra honra e glória do Senhor eu tenho minha casinha onde passar uma chuva. Foram várias pessoas diretamente e indiretamente, foram mais ou menos umas 25 pessoas, entre ajuda mutirão e tudo, mas, ajuda mesmo financeira foram umas 15 a 16 pessoas mais ou menos (informação verbal, 2025).

Na ausência do poder público e não tendo onde morar, observa-se nesse diálogo o engajamento familiar e da comunidade. Participaram em torno de vinte e cinco pessoas,

incluindo membros de sua família. Dois primos e a sua irmã fizeram, inclusive, um grupo de Whatsapp com o objetivo de fazer arrecadações para a construção da sua casa, obtendo êxito nesta iniciativa/trabalho.

Essa forma de engajamento aponta para a possibilidade de arranjos de propriedade da terra urbana, mais coletivos e baseados no uso. E além da questão da própria terra como comum, as ocupações que apresentamos, incluindo essa, sustentam outras formas de produção desse comum, uma delas é essa que apresentamos aqui: O mutirão que se realiza por meio do engajamento familiar e da comunidade na construção de casas.

A prática de mobilização de trabalhadores no âmbito da ocupação converge com o pensamento de Dardot e Laval (2021, p. 510): “O trabalho pressupõe um “coletivo de trabalho” para se realizar. Mas, evidentemente, é preciso entender por coletivo muito mais do que um simples agrupamento de trabalhadores num mesmo local”.

Para Dardot e Laval (2021, P.510) “o que a sociologia e a clínica do trabalho identificam em suas pesquisas, não é nada mais do que essa dimensão inapropriável do comum profissional que possibilita o trabalho individual.” Nesse sentido, o que acontece nessa articulação comunitária é uma reprodução do comum no âmbito urbano, um trabalho coletivo mobilizado pela comunidade, no caso, o mutirão.

A satisfação da conquista da casa própria por meio do mutirão na construção de sua casa na ocupação é notada quando o beneficiado diz: “e hoje para honra e glória do Senhor, eu tenho minha casa onde passar uma chuva” (informação verbal, 2025).

Para a construção de sua casa (figura 8), o Sr. Valdison argumenta: “O material todo foi de doação, não teve nenhum fim lucrativo não, o fim lucrativo foi só da construção mesmo que foi doação” (informação verbal, 2025).

Figura 8: Casa construída em regime de mutirão



Fonte: O autor, 2020.

A figura 8 apresenta três fotos. Na imagem A podemos identificar a casa de compensado onde residia o Sr. Valdison. As imagens B e C mostram casa construída em diferentes ângulos, dando-nos uma clara noção de que o fazer comum urbano, que reivindica o direito à cidade, também inclui a solidariedade entre as pessoas. A noção de cidadania está presente por meio do engajamento comunitário no processo de construção de casas, um bem que deveria ser comum a todos no âmbito da comunidade, numa reivindicação do direito à cidade. No espaço da comunidade, os mutirões podem ser uma solução paliativa ao problema da moradia.

Para a redação final do presente texto estão previstas as seguintes atividades, distribuídas no cronograma a seguir:

4.9 Cronograma de execução

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:											
ATIVIDADES*	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N
Leituras e aprofundamento teórico sobre o tema proposto	X	X	X	X	X	X					
Correções e acréscimos, sugeridos pelos professores membros da banca de qualificação				X	X	X					
Visita de campo	X	X	X								
Leitura e análise dos resultados colhidos em campo				X	X	X					
Organização e seleção de mapas, fotos, gráficos, tabelas, quadros, dentre outros elementos ilustrativos conforme necessidade do trabalho				X	X	X					
Redação da seção		X	X	X	X						
Redação das considerações finais					X	X	X	X			
Organização do trabalho conforme as normas estabelecidas pelo PPGEU/UFNT e correção das normas cultas da língua portuguesa por um profissional especializado, bem como as alterações propostas pelo orientador.				X	X	X	X	X			
Qualificação								X			
Entrega da Dissertação											
Defesa final											

*As referidas atividades poderão sofrer alterações de acordo com as necessidades da pesquisa

Anexos:

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mutirão no âmbito das comunidades periféricas de Araguaína revela que o comum urbano está presente, sendo esse o grito do direito à cidade, que ecoa através daqueles que buscam um lugar para morar, um endereço na cidade. Sabendo que nessa cidade há uma grande especulação imobiliária e acumulação de terras urbanas.

Este texto, construído com base no pensamento de vários autores, visitas de campo, diálogos com moradores das comunidades, tenta mostrar que os mutirões na periferia de Araguaína revelam a luta dessas pessoas nessa cidade para construir e conquistar um espaço para moradia. Para isso, acionam o mutirão, seja familiar ou comunitário, como uma forma solidária de ação e engajamento entre os moradores das comunidades e membros da própria família.

Observamos que essas práticas de mutirões na cidade de Araguaína se aproximam do comum urbano e reivindicam o direito à cidade, a vida urbana de uma outra forma, da forma humana de se conquistar a moradia na cidade, que nesses casos das ocupações é uma cidade que está sendo construída pelos grupos e movimentos sociais, por meio da força da ocupação da terra urbana e, conseqüentemente, a construção de casas pelos próprios moradores e não pelo governo, que também é hegemônico.

Nesse sentido, esses moradores da periferia desejam primordialmente a regularização fundiária desses locais ocupados para que possam viver com mais tranquilidade, sentindo-se pertencentes a esse espaço de fruição e gozo: o urbano.

Dialogamos com autores que versam sobre conceitos como: mutirão, comum urbano e direito à cidade em interface com a produção do espaço geográfico, tendo como abordagem as comunidades citadas, cujas práticas da produção de moradias têm sido focadas no regime de mutirões. Assim, nosso objetivo foi compreender as comunidades no âmbito crítico da produção do espaço na periferia araguainense, como símbolo de resistência e práxis política dos grupos que fazem o mutirão acontecer.

Esperamos que esse texto, pensado pelo viés geográfico, possa contribuir para uma geografia crítica sobre a produção do espaço urbano nessa cidade. É preciso pensarmos criticamente a produção do espaço urbano social, levando em conta os saberes e os fazeres das comunidades existentes nos bairros periféricos.

E esperamos que o Poder Público tenha um olhar mais atento às comunidades periféricas de Araguaína, incluindo-as no orçamento municipal, visando a regularização fundiária e oferecimento das infraestruturas mínimas necessárias, como: água tratada, energia, pavimentação das ruas, construção de creches, postos de saúde, escolas, segurança e áreas de lazer, elementos preconizados em documentos como Plano Diretor e Estatuto das Cidades do Tocantins.

Pudemos verificar que a práxis política e a democracia participativa está presente nas comunidades da periferia, considerando a organização dos mutirões nessas comunidades. Porém, existem retrocessos de lideranças com viés conservador, de apoio a políticos que demonstram caráter eminentemente reacionário.

Da mesma forma, verificamos a necessidade do combate ao termo “invasor”, pejorativamente assumido pela elite local como reforço ideológico em detrimento ao que deveria ser entendido como “ocupante”, considerando o privilégio da moradia no Brasil, o qual impulsiona para a necessidade de se ocupar a terra, ou seja, o uso da terra urbana em comum.

Assim, o trabalho do geógrafo, particularmente em Araguaína, recebe maior relevância no sentido de proposituras de caráter socioespacial, em busca do comum urbano e do direito à cidade, no sentido de se ter uma cidade mais acolhedora e humana, que reconheça e que respeita as classes e o grupos que buscam nela uma alternativa de sobrevivência e habitação.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Ferreira de. Bíblia Sagrada. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida: Revista e corrigida. Casa publicadora paulista. Várzea paulista. Brasil. São Paulo. 2019. P. 1.535.

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1026 p.

AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. **A luta está no sangue**: família, política e movimentos de moradia em São Paulo. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. P.271. Disponível em: <http://nuap.etc.br/wp-content/uploads/2020/10/Tese_CarlosFiladelfo_VCorr.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

BEZERRA, Nielson Rosa; MONTEIRO, Linderval Augusto. História, memória e práticas das periferias brasileiras, africanas e latino-americanas: Cidadania, invisibilidade social e silêncio. Fronteiras: Revista de História, vol. 24, núm. 43, pp. 9-13, 2022. Universidade Federal da Grande Dourados. Fronteiras: Revista de História 2022. P.10-13. Disponível: <<https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/16567/9053>>. Acesso em: 04 de Abril de 2025.

BORELLI, Dário Luiz. Dossiê Amazônia brasileira I: Aziz ab'sáber: problemas da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 1, p. 6-35, 2005.

BRASIL. Canal futura. Como planejar o crescimento das cidades. You Tube. 08/06/2015. 15:52min. Disponível em: <<https://www.bing.com/videos/riverview/relatedvideo?q=Como+planejar+o+crescimento+da+s+cidades+%7c+Sala+de+not%C3%ADcias+-+Canal+Futura+s%C3%ADntese&mid=88A264A9F90B638CD29788A264A9F90B638CD297&FORM=VIRE>>. Acesso em: 17 de outubro de 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20135.pdf>. Acesso em: 23 de Abril de 2025.

Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p. – (Série textos básicos ; n. 67)

BRASIL. Decreto nº 11628, de 4 de Agosto de 2023. Dispõe sobre o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11628.htm>. Acesso em: 28 de Novembro de 2024.

BRASIL. Estatuto da Cidade Lei no 10.257/2001. Edição atualizada até julho de 2024. disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/659167/Estatuto_cidade.pdf>. Acesso em: 28 de Novembro de 2024.

BRASIL, DICIO. Dicionário online de português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/burgo/>>. Acesso em: 15 de Março de 2025.

BRASIL. Portal o Norte. Disponível em: <<https://www.portalonorte.com.br/noticias/araguaina/gestao-de-wagner-e-alvo-de-nova-polemica-envolvendo-permuta-de/128539/>>. Acesso em: 15 de Março de 2025.

BRITO, Thiago; MEDEIROS, Cláudio. Os conceitos de mutirão e assentamento: ideias para a segunda Abolição. In: BRITO, Thiago; MEDEIROS, Cláudio. **Os conceitos de mutirão e assentamento: ideias para a segunda Abolição**. 36. ed. São Paulo: Ítaca, 2020. Cap. 3. p. 103-135. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/31064/19768>. Acesso em: 11 jun. 2025.

CAMINHA, Júlia Vilela. O comum como ação coletiva no espaço e cotidiano. Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço, ISSN 2317-8361 v. 7, n. 1 (2018) DOI: 10.12957/hne.2018.35396. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/36155#:~:text=O%20artigo%20busca%20demonstrar%20que%20tamb%C3%A9m%20%C3%A9%20no,%C3%A9%20nele%20que%20a%20exist%C3%Aancia%20humana%20se%20realiza.>>. Acesso em: 19 de Março de 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O espaço urbano: Novos inscritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CASTELLS, M. A questão urbana. Paz e Terra. São Paulo. 2014

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984. 348 p. (II). Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/473/o/CASTRO__Josu%C3%A9_de_-_Geografia_da_Fome.pdf. Acesso em: 08 jul. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Editora Boitempo. São Paulo, 2016. P. 675

DINIZ, Vanessa Lessio; PAULINO, Vicente; STRAFORINE, Rafael. Timorização da geografia escolar: tecendo interlocuções sobre currículo, cultura e território. Universidade Federal do triângulo Mineiro (UFTM). Cadernos CIMEAC. V.1. N. 1. ISSN 2178-9770. Uberaba-MG. 2021. P.220-249.

FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Capítulo 1. Da violência. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968. P.25-84

FERNANDES, Edesio. Política Urbana Na Constituição Federal De 1988 E Além: Implementando a Agenda Da Reforma Urbana No Brasil. 16P. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-iv-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-estado-e-economia-em-vinte-anos-de-mudancas/politica-urbana-agricola-e-fundiaria-politica-urbana-na-constituicao-federal-de-1988-e-alem-implementando-a-agenda-da-reforma-urbana-no-brasil>>. Acesso em: 18 de Março de 2025.

FILADELFO, Carlos. O tempo do mutirão: sentidos e (re)arranjos de família e casa entre mutirantes em um bairro periférico de São Paulo. Revista de Antropologia 2022-04-27 | Journal article DOI: 10.11606/1678-9857.ra.2022.192798 Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/192798/181332>>. Acesso em: 13 de Maio de 2025.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4º Edição. Editora Atlas. 2010. 176p.

GOMES, Paulo Cesar Costa. Geografia e modernidade. Advento dos tempos Modernos. Primeira edição. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1996. P. 247-337.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 435-454, mai./ago. 2021.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade : sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. 1º ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires :CLACSO ; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2021. p. 59-139. Disponível em:https://www.academia.edu/45504491/Territ%C3%B3rio_e_descolonialidade_sobre_o_gir_o_multi_territorial_de_s_colonial_na_Am%C3%A9rica_Latina_. Acesso em: 17 de abril de 2024.

HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=299700>>. Acesso em: 16 de Março de 2025.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1964. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>>. Acesso em: 16 de Março de 2025.

LACOSTE, Yves. Geografia: Isso serve em Primeiro lugar para fazer a guerra. 12 ed. Campinas, SP: Papirus, 1988. P. 95-179.

LEAL, Elisabeth Juchem Machado. Um desafio para o pesquisador: a formulação do problema de pesquisa. Contrapontos - ano 2 - n. 5 - p. 237-250 - Itajaí, maio/ago. 2002.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. Tradução (Rubens Eduardo Frias). 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001. P. 143. Tradução de: Le Droit à la Ville.

LEFEBVRE, H. A Revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LOPES, Edimar Aparecido de barra. Ocupação fazenda caveirinha: Arquipélago de memórias. Goiânia 1979-1989. Goiânia. Editora Vieira. 2011. p. 54-85.

MAJO, Cláudio de; SILVA, Claiton Marcio da. Para um estudo dos bens comuns no Brasil: História, Percursos Disciplinares e Oportunidades. Presentes Fronteiras: Revista Catarinense de História. Universidade Federal da Fronteira Sul Brasil. núm. 40, 2022, Julio-Diciembre, p. 296-321. Disponível em: <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2022n40.12936>. Acesso em: 16/04/2023.

MALINOWSKI, B. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. Tradução de O. L. CRUZ. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org.). Desvendando as máscaras sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1990. p. 39-61. disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7932281/mod_resource/content/1/desvendando%20ma%CC%81scaras%20sociais.pdf>. Acesso em: 03/09/2024.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e MICHELOTTI, Fernando . Horizontes amazônicos. Para repensar o Brasil e o Mundo. 1ed. Fundação Rosa Luxemburgo. Expressão Popular. São Paulo. 2021.

MARES, Rizia Mendes. A dimensão afetiva na experiência urbana: os sentidos do habitar na cidade contemporânea. In: In: Revista Geografia em Atos (GeoAtos online) - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico - v. 05, n. 12, p.82-98, jul, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6555>. Acesso em: 23 de Abril de 2025.

MEURER, Ane Carine; ZIMMERMANN, Angelita; ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de; FOLMER, Ivanio; SUZUKI, Júlio César; CASTRO, Rita de Cássia Marques Lima de. As categorias e as geografias do século XXI. Faculdade de Filosofias Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo- FFLCH/USP. 416 p. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/739/657/2432?inline=1>. Acesso em: 09 jun. 2025.

MORAES, Antonio Carlos Robert; Costa, Wanderley Messias da. A geografia Crítica a valorização do espaço. 2º ed. Editora Hucitec. São Paulo. 1987. 196 P.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 245 p.

OSTROM, Elinor. **El gobierno de los bienes comunes la evolución de las instituciones de acción colectiva**. Universidad Nacional Autónoma de México. Centro regional de investigaciones multidisciplinares fondo de cultura económica México. 2016. p.12. Disponível em: <https://archive.org/details/ElinorOstromElGobiernoDeLosBienesComunes/mode/1up>>. Acesso em: 02 de jun. 2025.

PEREIRA NETO, Marcos Antonio; SILVA, Elias da. Um estudo socioespacial dos aglomerados subnormais de Araguaína –TO. Revista Tocantinense de Geografia (RTG). ISSN2317-9430. 2018. P. 159-170. Disponível em: < Periódicos - UFT | Revista Tocantinense de Geografia>. Acesso em: 28/03/2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Universidade Feevale. novo Hamburgo. Rio Grande do Sul. 2013. P.277.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993. 1-33p.

RODRIGUES, A. M. Moradia nas cidades brasileiras. São Paulo. Ed. Contexto, 1988, 82p.

REIS, Patrício. G1, TOCANTINS. Jovem leva choque e morre ao tentar fazer ligação clandestina de energia, diz PM. 18/05/2024. Araguaína, TO. Disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/05/18/jovem-leva-choque-e-morre-ao-tentar-fazer-ligacao-clandestina-de-energia-diz-pm.ghtml>>. Acesso em 17 de Janeiro de 2025.

RIOS, Mariza. El derecho a la vivienda social digna Regularización de los asentamientos irregulares consolidados desde la perspectiva de la dignidad y de la eficiencia pública. Tesis Doctoral. Universidad Complutense de Madrid Facultad de Derecho: Departamento de Derecho Administrativo. Madrid. 2018. P.384 Disponível em: <<https://docta.ucm.es/entities/publication/effc1456-b189-443d-80d3-b8a0a7ba311e>>. Acesso em: 27 de Abril de 2025.

SANTOS Milton. Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal. 6ª edição. Editora Record. Rio de Janeiro/ São Paulo. 2001. P. 17-36/141-174.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. 4 ed. São Paulo. Edusp, 2006. 260 p.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7. ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 176 p.

SAQUET Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. 3º ed. São Paulo. 2013. 192 p.

SILVA, Eliana Sousa. Comenta censo em territórios periféricos realizado pela Cátedra Olavo Setubal do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. Jornal da USP. 2022. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/periferias-sao-regioes-da-cidade-onde-as-politicas-publicas-chegam-em-tempos-diferentes/>>. Acesso em: 23 de Abril de 2025.

SILVA, Elias da. SILVA, Harley. A construção da praça Maria Ferreira da Silva na perspectiva do comum urbano e direito à cidade. Caminhos de Geografia. V. 23 N° 90. Uberlândia/MG. 2022. P. 59-74. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/>. Acesso em: 25 de Abril de 2023.

SILVA, Elisvaldo Matos da. A produção de moradias em regime de mutirões em Araguaína na perspectiva do comum urbano, do direito à cidade e possibilidades ao ensino na educação básica. Monografia de graduação. Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Orientação: Elias da Silva. Araguaína-To. 2021. P.51. Disponível em: Repositório UFNT.

SILVA, Elisvaldo Matos da.; SILVA, Elias da. Comunidade Zumbi dos Palmares em Araguaína: Aproximações aos conceitos de comum urbano e direito à cidade. Revista Querubim. Rio de Janeiro, RJ, Vol. 04 nº. 45 55-62p. Outubro/2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/querubim/issue/view/2562/634>. Acesso em: 30 de Dezembro de 2023.

SILVA, Roberto Antero da. Desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2016. Disponível em: < <http://www.uece.br/mag>>. Acesso em: 16 de Março de 2025

TOCNOTICIAS. Vocês fazem a notícia, nós apenas divulgamos. Operação contra ‘gatos’ de energia desativa mais de 300 ligações clandestinas em Araguaína. Disponível em: <http://www.tocnoticias.com.br/leitura_noticia2022.php?idnoticia=2706>. Acesso em: 28 de Novembro de 2024.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Comum Urbano: A cidade além do público e do privado. 2017. 244 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS. Guia Prático para Normalização de Trabalhos Científicos da UFNT. 2023. Disponível em:

<https://sistemas.ufnt.edu.br:5001/sau/none/files?path=../SUCOM/Guia%20de%20Normaliza%C3%A7%C3%A3o%20UFNT.pdf>. Acesso em: 13 de Agosto de 2024.

WALSH, Catherini. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. 2014. P. 24-68.

WORCMAN, Karen. Como histórias de vida mostram cidades invisíveis. Disponível em:<https://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Museu%20da%20Pessoa%20WORCMAN_K.pdf>. Acesso em: 23 de Abril de 2025.

XAVIER, Damião. O processo de transição da população brasileira do campo para as cidades. VII Congresso brasileiro de geógrafos. A AGB no contexto da geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos. 10 a 16 de Agosto de 2014. Associação dos geógrafos brasileiros desde 1934. Anais do VII CGB-ISBN: 978-85-98539-04-01. Vitória, Espírito Santos. 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404164840_ARQUIVO_OPROCESSO_DETRANSICAODAPOPULACAOBRASILEIRADOCAMPOPARAASCIDADES.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2025.

7 ROTEIRO DE ENTREVISTAS DESTINADO AOS MEMBROS DAS COMUNIDADES PESQUISADAS

Data ____/____/2024

Iniciais do entrevistado:

Nome: _____ I _____ idade: ____ anos

Grau de instrução: _____

Endereço:

I – IDENTIFICAÇÃO E MEMÓRIAS DO TRABALHO E DO LUGAR

- 1) Nasceu em qual cidade/estado? _____
 - 2) Como aconteceu sua chegada em Araguaína?
 - 3) De que forma e quando começou a trabalhar na cidade de Araguaína?
 - 4) Quantas pessoas dependem financeiramente do seu trabalho? Qual o vínculo familiar?
() filhos _____ () netos ____ () enteados _____ () pais _____
() outros _____
 - 5) Qual o seu local de moradia antes da construção da casa pelo mutirão?
() zona urbana () zona rural () zona urbana e rural
Por quanto tempo morou no local? _____
 - 6) Você tinha terreno/casa em outro lugar? Qual era o tamanho da sua terra/lote?
 - 7) Você cultivava alguma coisa em seu local de moradia?
() frutas () verduras () grãos (feijão, milho, fava) () mandioca/farinha
() animais (leite, ovos, carne) () outros _____
- O que você produziu de alimentos era vendidos, ou só para consumo próprio?

- 8) Que árvores frutíferas estavam/estão plantadas na propriedade/lote? Tinham quantos anos (aproximadamente)? Quem as plantou? Tem algum valor emocional?
 - 9) Houve algum progresso na cidade durante e depois da construção de sua casa pelo mutirão? E para os moradores, houve progresso?
 - 10) Sua casa tem um nome? Por qual motivo foi colocado esse nome?
 - 11) Seus filhos e netos nasceram onde?

12) Do que você sente falta? (amigos, lugares, costumes)

II – PRODUÇÃO E RENDIMENTO

13) A atividade principal para a renda da família ou particular provém de onde?

14) Qual o nome do seu local de trabalho?

15) Qual seu trabalho? Como é realizado?

16) Qual a fonte de renda atual?

() “bicos” de _____

() pensionista do INSS _____

Outras perguntas

17. De onde você veio?

18. Quais as principais pessoas que organizaram o mutirão?

19. O que levou você a optar pelo mutirão na construção da sua casa?

20. A questão do mutirão, como é que você conseguiu esse benefício?

21. Quais foram as pessoas que participaram do mutirão?

22. Sobre o material de doação? Comprou algum? A prefeitura fez doação?

23. Teve almoço coletivo para atender os trabalhadores no dia do mutirão?

24. Como é que foi a organização do almoço?

25. Teve participação da própria família ou foi só os membros da comunidade mesmo? 26. Quantos cômodos a casa construída pelo regime de mutirão têm?

27. Tem banheiro?

28. Qual o tamanho do banheiro?

29. Qual o tamanho dos cômodos da casa?

30. Gostou da ajuda do mutirão na construção da casa?

31. Como você chegou até a ocupação?

32. Qual o nome do setor/ocupação?

33. Quantas famílias moram no setor?

34. Você sabe de alguma outra casa que foi feita ou está sendo construída por mutirão?

35. Quem colocou o nome no setor/ocupação?

36. Se mudou o nome do Setor?
37. Quem mudou o nome do setor/ocupação?
38. Qual o motivo da mudança do nome do setor/ocupação?
39. Quanto tempo durou pra fazer a casa pelo mutirão?

Anexo 2:

8 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **PRODUÇÃO DE MORADIAS NA PERIFERIA DE ARAGUAÍNA COMO PRÁTICA DO COMUM URBANO E DIREITO À CIDADE**. Esta pesquisa será realizada pelos pesquisadores Elisvaldo Matos da Silva, do Curso de GEOGRAFIA da Universidade Federal do Norte do Tocantins do Campus de Araguaína, sob orientação do Professor Elias da Silva. Nesta pesquisa, pretendemos analisar a questão da autoconstrução da produção de moradias por mutirão.

O motivo que nos leva a estudar pela curiosidade de entender como se desdobra essa situação de mutirão na produção de moradias na periferia urbana da Cidade de Araguaína Tocantins. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: Entrevista, perguntas abertas, gravação de vídeos curtos, fotos etc. A sua Participação consistirá em (registros fotográficos, sonoros e Audiovisuais). Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em (respeitar a decisão do entrevistado de falar ou ficar calado).

A pesquisa contribuirá para (a geografia urbana/planejamento da cidade). Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos.

A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou qualquer dado, material ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no em Araguaína-TO UFNT repositório, e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados, materiais e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos na sala (citar a sala) do Curso (citar o curso) da UFT e, após esse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores trataram a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos, métodos, riscos e Benefícios da pesquisa (citar o título), de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Concordo que o meu (citar se será material biológico, registro fotográfico, sonoro e/ou audiovisual) seja utilizado somente para esta pesquisa.

Concordo que o meu (citar se será material biológico, registro fotográfico, sonoro e/ou audiovisual) possa ser utilizado em outras pesquisas, mas serei comunicado pelo pesquisador novamente e assinarei outro termo de consentimento livre e esclarecido que explique para que será utilizado o material.

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Data:

Nome do Participante:

ASSINATURA DO PARTICIPANTE

Nome do Pesquisador Responsável:

Endereço:

CEP:

Telefone Fixo: (63)

E-mail:Bairro:

Cidade: Araguaína-TO

Telefone Celular: (63)

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL DATA ____ / ____ / ____

10 - PERSPECTIVAS DA PESQUISA

A Teoria do Comum Urbano e do direito à cidade têm conquistado um considerável espaço na pesquisa relacionada à produção do espaço urbano nas cidades brasileiras. Diante disso, nesse contexto de exclusão socioespacial no urbano urge a necessidade de discutir as práticas comunitárias de resistência e ocupação da terra na periferia da cidade. Dessa forma o mutirão é uma das práticas comunitárias de resistência que aproximamos ao viés do comum urbano e direito à cidade e constitui um campo de força no espaço dessas comunidades periféricas. Após ter discutido as principais bases que contemporaneamente a fundamentam, e ter aplicado alguns desses conceitos nesse texto preliminar e ter verificado resultados que apresentaram coerência com os pressupostos discutidos, acredita-se estar diante de uma possibilidade de investigação bastante útil na compreensão de fenômenos relacionados a produção do espaço urbano. Nesse sentido, as discussões aqui apresentadas representam o início de uma caminhada que se pretende apoiar sob essa perspectiva. O texto está sendo ampliado com uma expressiva amostra das comunidades e as casas feitas pelo mutirão que estão servindo de amparo às famílias beneficiadas. Diante do caminho percorrido e dos esforços realizados, acredita-se ser esta uma possibilidade viável e aplicável a uma investigação coerente no campo da produção do espaço urbano pelos grupos de excluídos, a classe trabalhadora.